

9 de Outubro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº80 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza

RUI CRUZ, PCA DA IMOGESTIN

Estado pode rescindir contratos nas centralidades

ENTREVISTA. O PCA da Imogestin declarou ao VALOR que o Ministério do Urbanismo, com a ajuda de parceiros, elaborou um projecto que prevê o prazo máximo para atrasos no pagamento das rendas nas centralidades. Uma vez aplicado o projecto, o Estado poderá reaver imóveis, rescindindo contratos com os incumpridores. **Págs. 4 e 6**



PR ABDICA DE EMBAIXADOR ITINERANTE

As dispensas que se seguem

Fontes próximas ao Palácio presidencial avançaram ao VALOR que Luvualo de Carvalho e Norberto Garcia já terão sido convidados a esvaziar os respectivos gabinetes na Cidade Alta. **Pág. 9**



Infracções laborais reduzem 56%

Dos 24.958 casos registados em 2015, as infracções laborais recuaram cerca de 56% para as 10.987 queixas em 2017. Os dados são oficiais e apontam o comércio como o sector mais infractor, entre uma dezena e meia de áreas de actividade inspeccionadas. **Pág. 10**

INCURSÃO DO PETRÓLEO DOS EUA À ÁSIA

Angola sob ameaça do xisto americano

CRUDE. A provável 'invasão' dos produtores norte-americanos de petróleo aos mercados asiáticos poderá provocar 'calafrios' à economia angolana, incapaz de influenciar as regras de jogo da indústria. A avaliação é de vários observadores que se apegam às intenções da administração Trump manifestadas por altura da 33.^a conferência Ásia-Pacífico. Mas há um senão. **Págs. 14 e 15**



Moedas AKZ 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 196,08 Kz (-1,15) ▼ LIBRA 221,40 KZ (-3,14) ▼ YUAN 25,05 kz (-0,124) ▼ RAND 12,22 KZ (-0,24) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



A PROVÁVEL RAZÃO DE ISABEL



Na política, tal como no jornalismo, entre os critérios cruciais de idoneidade, exige-se a legitimidade histórica e identitária. É uma regra universal não escrita, embora não raras vezes encontre suporte em leis redigidas. Em Angola, por exemplo, a posição de director-geral de jornais é uma prerrogativa exclusiva de angolanos. E, entre as várias razões não formuladas, deduzem-se as relacionadas com a 'soberania' da informação, o que, implicitamente, arrola a legitimidade histórica e identitária.

Será também por isso, aliás, que, de forma extensiva, consciente ou inconscientemente, a classe jornalística estrebucha em surdina sempre que ocorre uma 'invasão' das redacções angolanas por jornalistas estrangeiros. Ao mesmo tempo que não se incomoda se a mesma irrupção acontece, por exemplo, na banca, apesar de, em muitos casos,

o racional por detrás do recurso ao estrangeiro ser o mesmo: a insuficiência de quadros nacionais verdadeiramente capazes.

Na política, mais do que no jornalismo, o quesito da legitimidade histórica e identitária é ainda mais decisivo quanto fracturante. Tão problemático ao ponto de ser comum, no debate, provocar derivações incómodas que, em teoria, colocam cidadãos da mesma pátria com direitos fundamentais diferenciados. Nos Estados Unidos, por exemplo, a chegada de um negro a presidente da República só deixou de ser um sonho para a humanidade após a confirmação do milagre de Obama. Em Angola, comenta-se o mesmo em relação às possibilidades que um cidadão não negro teria de chegar a Presidente da República. A explicação afinal é a mesma: erradamente, as maiorias conservam no subconsciente a convicção de que são mais legítimas do que os outros.

Mas esse ponto de convergência entre o jornalismo e a

política não é necessariamente a mesma ponte que liga a política aos negócios estratégicos do Estado. Entre outras possibilidades, o que há de comum entre a política e os negócios do Estado é a necessidade de decisões impopulares, sempre que estas se revelem necessárias. Isabel dos Santos, até prova em contrário, foi incompreendida nesta matéria. Mas percebe-se o porquê.

A generalidade da crítica contra as escolhas estrangeiras de Isabel dos Santos para o conselho de administração da Sonangol centra-se na nacionalidade dos gestores, perde-se na narrativa da soberania e ignora a discussão fundamental: a viabilização da empresa. Ninguém, até ao momento, derrotou convictamente o argumento principal de Isabel, centrado na competência dos escolhidos e na convicção pessoal da gestora de que, com tal equipa, deverá apresentar melhores resultados. O que está em causa, portanto, não é um desprezo às sensibilidades patrióticas. É a relativização da legitimidade identitária na gestão de uma empresa, cuja saúde é vital para a estabilidade do Estado.

Numa escala diferente, o caso Sonangol lembra, aliás, em certa medida, a fulgurante passagem do britânico Peter Hill pela TAAG. Em contextos especiais, há que escolher entre a 'soberania moribunda' e a 'invasão libertadora'. Por isso, sobre este particular, Isabel dos Santos só poderá ser verdadeiramente julgada quando tiver de apresentar contas. Até lá, continuaremos a conversar.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Belarmino Jelembe

DG da ADRA

A ADRA anunciou que investiu cerca de quatro milhões USD em projectos sociais. Para que áreas estão virados?

Os projectos estão ligados às áreas de cooperativismo, assistência técnica aos agricultores, municipalização dos serviços de educação e saúde e a estudos e segurança alimentar.

Em que províncias serão implementados estes projectos?

Estes projectos estão a ser implementados na Huíla, Cunene, Malanje, Benguela, Luanda e Huambo e deverão beneficiar cerca de 50.300 famílias das organizações comunitárias. Em Benguela, faremos, por exemplo, o lançamento de um programa denominado maternidade rural, que apoiará gestantes em consultas pré-natais e deficientes. Na Huíla, serão efectuadas acções de saneamento visando contribuir para os cuidados higiénicos.

Que entidades estão a garantir o financiamento do projecto?

Os projectos, que têm o término previsto para 2018, terão a duração de dois a três anos renováveis e são financiados pela cooperação internacional da União Europeia, Suécia, Noruega, Alemanha e algumas empresas multinacionais do sector petrolífero em Angola.

10
TERÇA-FEIRA
Os agricultores familiar de Benguela contam com stocks de sementes suficientes resultantes das campanhas agrícolas anteriores, principalmente de cereais e leguminosas, que vão assegurar uma produção satisfatória na época 2017-2018, garantiu o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Fernando Assis.

11
QUARTA-FEIRA
O administrador para a área técnica e operações da empresa portuária de Cabinda, Artur Carvalho, anunciou que as obras de construção do terminal marítimo de passageiros e do quebra-mar do porto local estão executadas na ordem de 28%.

12
QUINTA-FEIRA
As receitas tributárias em Benguela tiveram um aumento de mais 2,5 mil milhões de kwanzas, no período entre Janeiro e Setembro deste ano, comparativamente ao período homólogo do ano 2017, informou o chefe adjunto da repartição fiscal local, Serafim Cipriano.



SEGUNDA-FEIRA

O novo ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, defendeu a necessidade de multiplicar as iniciativas que envolvam os investidores privados nas redes de comercialização, conservação, logística, tendo em conta o contexto de economia de mercado, com o objectivo de diminuir o peso do papel do Estado.

13
SEXTA-FEIRA
O novo governador da Lunda-Sul, Ernesto Kiteculo, prometeu implementar e dinamizar na província projectos de agricultura, pesca, exploração florestal, actividade comercial, do turismo, da prestação de serviços e minas, visando o desenvolvimento económico da região.



14
SÁBADO
O director-geral da empresa de consultoria e gestão agrícola "Agrogest", Vacherote Thomas, defendeu, no Uíge, a necessidade do reforço do apoio aos produtores do sector do agro-negócio da província, com vista ao aumento dos níveis de produção.



15
DOMINGO
Assinalou-se, em todo o mundo, o Dia Internacional do Café, numa altura em que, em Angola, o Ministério da Agricultura, através de incentivos aos cafeicultores, está a criar as bases para um relançamento da produção em grande escala desta 'commodity'.



COTAÇÕES



'CRISE CATALÃ' AFECTA BOLSAS

As bolsas europeias perderam terreno no último dia da semana passada, ainda que as quedas não tenham ultrapassado 1%. O português PSI-20 recuou, por exemplo, 0,60%, com a EDP a perder mais de 3%. Já gigante Stoxx Europe 600, índice que agrega as 600 maiores empresas europeias, resvalou 0,40%. A situação na Catalunha é apontada como a principal causa, após a suspensão da sessão legislativa em que o presidente da região autónoma pretendia declarar a independência.



PETRÓLEO AFUNDA NAS DUAS MAIORES PRAÇAS

Os preços do petróleo estão a deslizar nos mercados internacionais, com os receios em relação à tempestade tropical Nate, que está a atravessar o continente americano. Em Nova Iorque, o crude West Texas Intermediate recua 2,93% para 49,30 dólares por barril, caminhando para a maior queda semanal desde Maio, de acordo com a Bloomberg. Já em Londres, maior centro financeiro do planeta, o barril de Brent do Mar do Norte segue nos 55,38 dólares, cedendo 2,84%.

Entrevista

RUI CRUZ, PCA DA IMOGESTIN

“Resolver o problema da habitação também é arrendar”

Os constrangimentos da gestão das centralidades, a caracterização e os desafios do sector imobiliário foram os temas de conversa com o PCA da Imogestin que defende a necessidade de investimento no mercado de arrendamento.

Por César Silveira

A Imogestin é gestora das centralidades desde 2015. Qual é o balanço que faz desta empreitada?

Este desafio, pelo qual o Governo contratou a Imogestin, em Dezembro de 2014, com início em Janeiro de 2015, ocorreu num período em que houve o aprofundamento da crise económica e financeira. Entretanto, procurámos assegurar a continuidade dos projectos porque, com excepção do Kilamaba e Sequele que estavam concluídos, todos os outros estavam em execução. Tínhamos também de dar início aos projectos habitacionais que ainda não tinham tido início. Em relação aos que já tinham sido iniciados, correram no ciclo previsto, apesar de ajustados com algum atraso, devido às condições financeiras que o país viveu. As empresas chinesas, mesmo com os atrasos nos pagamentos por parte do Estado, foram concluindo. A construção das habitações está praticamente concluída em Luanda, Benguela, Huíla, Namibe e Bengo (porque Kapari antes estava em Luanda mas agora é Bengo). Registou-se, entretanto, um ligeiro atraso nas infra-estruturas externas. No primeiro modelo, estava previsto que esta actividade seria feita pelos pró-

prios empreiteiros, mas, mais tarde, o Estado chamou para si esta responsabilidade e aí voltou a sentir-se os efeitos da crise. Assim sendo, ainda não se pode fazer a comercialização das habitações destes projectos, apesar de estarem concluídas em termos de construção, devido a este constrangimento das infra-estruturas externas, que são basicamente a energia, água, o saneamento e os acessos.

E qual é o nível actual de execução destas infra-estruturas?

Estão em execução, é um trabalho coordenado pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (antes ministério do Urbanismo e Habitação). Há algum atraso na disponibilidade dos fundos por parte do sindicato bancário que organizou este financiamento ao Estado. A disponibilização das verbas iniciou há cerca de quatro semanas e teremos mais alguns meses. Esperamos que as soluções definitivas estejam concluídas entre quatro e seis meses. Devem estar todas terminadas entre Novembro e Março à excepção da Huíla, que tem o problema mais difícil do ponto de vista da energia e da água.

E em relação aos projectos que não tinham iniciado. Qual é a realidade?

São basicamente em seis províncias. A centralidade do Bengo, uma vez que Kapari tinha sido construído como parte de Luanda. As da Lunda-sul, Zaire, Malanje, Kwanza-Norte, Kuando-Kubango e Cunene. Os projectos iniciaram num formato mais reduzido. Inicialmente, estavam pre-



“As empresas chinesas, como na sua maioria são do estado, fazem uma coisa que outras empresas de qualquer outra parte do mundo não fazem: com ou sem pagamento, concluem a obra.”

vistas entre duas e três mil habitações, mas o Executivo aprovou um reajustamento para entre mil e 1.500. Iniciou-se a primeira fase de construção entre Junho e Agosto, executando assim as orientações do Executivo. Quanto às vendas, houve atrasos, só as iniciámos em Luanda.

Também fazem a gestão das rendas nas unidades que já tinham sido negociadas. Como tem sido este processo e como gerem os litígios que herdaram?

É realmente um quadro que não é fácil. Temos procurado manter um diálogo com os moradores, através das respectivas comissões. Uma boa parte das pessoas que estão nestas centralidades, particularmente, no Kilamba e Sequele, cumpria com o compromisso de pagar pontualmente as prestações. Em 2016, entretanto, notou-se algum abrandamento. Registámos também uma componente, sobretudo no Kilamba, de habitações que tinham algum litígio em termos de atribuição de titularidade. Procurámos ajudar a resolver, mas é uma matéria cuja solução completa nos foge. Estes litígios acabam por ir parar aos tribunais porque são direitos de pessoas que reivindicam sobre um activo.

Em relação à redução no cumprimento do pagamento das prestações o que têm feito para evitar o agravamento da situação?

Temos procurado transmitir aos moradores que o Estado fez um esforço muito grande para a construção destas habitações e está a ser a entidade financiadora, porque, quando se vende uma propriedade no regime de propriedade resolúvel, no fundo, a entidade que o faz está a financiar, substituindo-se ao banco. A taxa de remuneração de capital que o Estado estipulou é de 3% ao ano, não tem nada que ver com as taxas dos bancos que andavam à volta dos 20%. A princípio, previa-se que os valores das prestações estariam indexados ao dólar, mas foi desindexado. Previa-se também que o valor das prestações pudesse ser actualizado com base no índice do preço ao consumidor, também o Executivo aprovou, por nossa proposta, que fosse retirado porque, senão, neste momento, as prestações anuais passavam para mais de 30%.

Que outros mecanismos podem ser accionados, além da sensibilização?

É uma questão que vai ser equacionada

a curto prazo. Há a necessidade de assegurar que haja um compromisso maior por parte dos compradores em honrar os pagamentos. O Ministério do Urbanismo, com a nossa colaboração e de outras entidades, preparou um projecto de diploma que define qual é o atraso máximo permitido, findo o qual o Estado pode fazer a rescisão do contrato e reaver a habitação. O normal e o que se passa em todo o mundo quando há o regime de propriedade resolúvel é fazer o pagamento através de uma consignação directa do seu rendimento. É compreensível que assim seja em Angola em que o Estado está a vender a casa abaixo do custo de construção. Têm de ser criados mecanismos legais para que se possa reter os valores directamente da remuneração das pessoas.

Em relação a esses prazos, qual lhe parece que deve ser a proposta?

A nível internacional, normalmente, nunca passa de 10 a 12 meses. Esta é a prática internacional e acredito que será dentro destes padrões que este pacote legislativo vai ser equacionado.

Actualmente, quais são os níveis de incumprimento?

Podemos dizer que esta margem andava, em projectos como o Kilamba, à volta de 40%. No Sequele, a média também anda à volta disso. O que notamos também é que, neste período eleitoral, algumas pessoas criaram a ideia de que eventualmente as casas lhes poderiam ser entregues sem pagamento. Terá havido alguns políticos que passaram esta mensagem, que é irresponsável.

Quais são as receitas dos pagamentos?

Tínhamos uma média à volta de dois mil milhões de kwanzas num trimestre. Ou seja, cerca de 700 milhões de kwanzas por mês, mas houve uma redução.

E qual é a percentagem da Imogestim?

O quadro é o seguinte: esta receita é do Estado, vai para o fundo de activos para o desenvolvimento habitacional. A nossa forma de remuneração está no diploma, estão definidas duas formas. Uma corresponde a uma percentagem sobre o valor do investimento, esta percentagem é de 2%. A outra é uma remuneração variável. É um prémio no caso de a Imogestim reduzir os custos destes projectos.

E têm conseguido esta redução?



Mário Nijétes © VE

Há uma ideia básica que precisa de ser retida: a casa deve estar ligada ao rendimento das pessoas.

Mesmo colocando preços de venda igual ao das outras províncias, a Lunda-Norte não tem pessoas com poder para comprar.

Sim. Temos provas de como é que reduzimos os custos em 2015 e 2016. Renegociámos contratos com empreiteiros, empresas de fiscalização e com projectistas, o que conduziu a economia de dezenas de milhões de dólares. Vamos demonstrá-las ao Executivo o que estava no contrato e o que conseguimos reduzir. Em alguns casos, em empresas de fiscalização, conseguimos reduções na ordem dos 50%. Em obras com os empreiteiros, nos trabalhos extracontratuais, conseguimos reduzir os custos unitários em 30% e 40%, face ao custo do contrato.

É fácil renegociar com as empresas chinesas?

Damo-nos com as empresas chinesas desde 2010, quando passamos para o Nova Vida, temos sete anos de experiência. Não é fácil, mas os tempos ajudaram a mudar a atitude destas empresas. No início, era muito difícil, porque a cultura das empresas chinesas era de obras do Estado e não estavam muito habituadas que alguém lhes dissesse que não quer determinado projecto ou que devem reduzir os

custos. Ainda é um diálogo difícil, mas, comparando a 2010, houve uma mudança significativa de atitude, mentalidade e de compreensão da nossa realidade. Por uma questão de justiça, devo dizer que as empresas chinesas, como na sua maioria são do estado, fazem uma coisa que outras empresas de qualquer outra parte do mundo não fazem: com ou sem pagamento, concluem a obra. Houve empresas que fizeram projectos com o primeiro pagamento apenas. Esta é uma atitude que nunca encontraremos em outra empresa.

Para a segunda fase, empresas angolanas estão a participar na construção. Qual é o balanço que faz do desempenho destas empresas?

Estão no início das obras, mas conhecemos as empresas e precisamos de assegurar que os pagamentos tenham alguma regularidade. Nem sempre o contexto do país permite que se pague pontualmente ou a totalidade do valor, mas, desde que haja o compromisso do Estado e das instituições financeiras envolvidas, estas empresas estão disponíveis para a execução das obras e estou convencido de que os prazos serão cumpridos. Poderemos ter pequenas derrapagens mas o que será normal, sobretudo agora que estamos com grandes problemas de importações.

A gestão das centralidades teve um grande impacto nas receitas da Imogestim. Até então quais eram os principais negócios da empresa?

A Imogestim tem projectos próprios, não temos só projectos do Estado. Fazemos 20 anos no próximo ano. O Estado convidou a Imogestim, porque já tínhamos sido convidados para corrigir os problemas que aconteceram no Nova Vida.

O projecto é de 2000 e fomos convidados pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação, na altura, para fazer a mediação. Em 2009, o Executivo convidou-nos para fazer a gestão da construção e posso dizer que, a partir de 2009, o Estado só disponibilizou cerca de 40 milhões de dólares para a segunda fase, enquanto foram gastos 350 milhões de dólares na construção com o dinheiro dos próprios compradores. Foi este modelo que levou o Executivo a convidar a Imogestim na perspectiva de reduzir os custos.

Continua na pág. 6

Entrevista

Continua da pág. 5

Quais são os principais projectos da Imogestin?

Aqui, em Luanda, temos projectos como as torres Kianda que estão na marginal. É um projecto de cerca de 350 milhões de dólares em parceria com outros accionistas. Nós e a ENSA temos mais de 50% e trata-se de um projecto de mais de 100 mil metros quadrados da área de construção. Temos outros projectos como o Muxima Plaza, projectos como os hotéis Terminus que são propriedade da Imogestin. Temos projectos noutras províncias, quer terrenos para a construção, quer de projectos. Gerimos este património, somos uma empresa privada com capital social maioritário do BAI com 50%. É inquestionável que a centralidade representou uma receita significativa, mas é uma receita que está ligada a um processo quer de investimento, quer de desempenho.

Nunca ouviu comentários de que a Imogestin beneficiou de alguma facilidade para ser a escolhida?

As razões que levaram o Executivo a convidar-nos foram esplanadas e transmitidas pelo anterior presidente e Titular do Poder Executivo. Foi a experiência que tínhamos do projecto Nova Vida, a demonstração de que era possível fazer estes projectos com menos gastos do Orçamento Geral do Estado. Foi essa razão, não foram outras, não foi por razões de simpatia. Fomos convidados num contexto em que não tínhamos recursos humanos e tivemos de fazer uma adaptação rápida e penso que o desempenho está aí para ser avaliado. Pelo menos, da parte do promotor, fomos recebendo indicações de que teremos alcançado os objectivos.

As centralidades impactaram no imobiliário. Actualmente, qual é a caracterização que faz do sector?

As centralidades tiveram os seus efeitos no sector imobiliário. Houve um aumento significativo de oferta de habitação, o que conduziu a uma procura menor no sector privado e a uma redução dos preços. O Estado colocou, no mercado, habitações a preços bastante inferiores àqueles que o sector privado colocava e houve este efeito de redução de preço. Pode dizer-se também que a colocação desta oferta criou alguma pressão no sector bancário no sentido de financiar, mas, como o Executivo depois optou



PERFIL

Rui António da Cruz nasceu em Ambaca, província de Kwanza-Norte, tem 63 anos e ao longo da vida foi juiz no Tribunal Supremo por 18 anos. Professor universitário durante 30 anos, é membro fundador da Associação Fiscal Angolana. É ainda accionista e presidente do conselho de administração da Imogestin. Tem no ensino a sua maior paixão.

pela venda da maioria das habitações no regime de propriedade resolúvel, o Estado passou a ser a entidade financiadora. O sector bancário não foi tão envolvido como se desejava e como é normal no mercado imobiliário. Mas também, com a conjuntura económica e financeira que Angola atravessou, o sector bancário não seria capaz de responder e as casas estariam aí por se vender.

O Estado acertou na decisão então?

A política do Estado foi dirigida a um segmento da classe média e média baixa. Este nicho de pessoas acabara por ser o principal beneficiário, o que é normal. Mas, em termos de habitação social, o que se deseja é que os grandes beneficiários sejam pessoas de baixa-renda. Mesmo para os de média renda é preciso encontrar soluções para elas. Há outra componente que acho que precisamos de corrigir.

Como quais?

Este conjunto de habitações das centralidades voltou a manter a ideia de que resolver o problema habitacional é comprar casa, não deve ser assim. Os países não podem continuar a ter esta lógica, porque existe um esforço financeiro muito grande. O arrendamento tem de ser a alternativa e a solução principal. A maior parte dos países desenvolvidos não tem o

programa que a Europa do Sul tem. Nós copiamos do Sul da Europa, de países como Portugal, Espanha, Itália e da Grécia que tiveram grandes crises imobiliárias e em que muita gente perdeu as casas justamente porque obrigam jovens a uma taxa de esforço financeiro elevadíssima, durante 30 anos, o que não permite que uma família tenha um desenvolvimento normal. Julgo que o Estado, nos próximos anos, terá de esforçar-se de modo a incentivar e regular o sector privado no sentido de construir para o arrendamento.

Mas haverá iniciativa privada suficiente para dinamizar este segmento?

A experiência diz que o Estado vai ter de promover também isso, ou seja, terá de ser o promotor, mas de uma forma de parceria público privada. É necessário aumentar a oferta de habitação para o arrendamento a custos que estejam ajustados ao nível dos rendimentos das pessoas e em que o Estado não seja o operador principal. Define as regras do jogo, estabelece as parcerias, tem os terrenos, pode fazer infra-estruturas e esperar que promotores privados promovam estes produtos e colocam no mercado. Quando tivermos uma oferta significativa, as pessoas perceberão melhor que o investimento para a compra é prejudicial para a economia porque

desvia recursos que poderiam ir para o sector produtivo.

Está difícil a aplicação da lei sobre o arrendamento. O que está em causa?

O Estado também terá contribuído para isso, quando definiu que o objectivo das centralidades é a venda das habitações. Induziu as pessoas a pensar que ninguém quer ter casas arrendadas por causa da instabilidade do mercado de arrendamento. Sabemos que uma boa parte das pessoas de renda baixa é arrendatária. Provavelmente o número de donos já terá aumentado, mas, há uns anos, a maioria era arrendatária e o senhorio se acordasse mal disposto aumentava o preço ou solicitava a casa. Ou seja, há um mercado de arrendamento informal. O mercado formal não recebe, porque toda a gente criou a ideia de que ter casa é comprar casa, é preciso mudar esta maneira de abordagem para o entendimento de que resolver o problema de habitação também é arrendar. Há uma ideia básica que precisa de ser retida: a casa deve estar ligada ao rendimento das pessoas.

Haverá outras razões que dificultam a formalização do mercado de arrendamento?

Actualmente, a economia angolana ainda não tem um dinamismo que leve à circulação das pessoas. O mer-

cado de trabalho ainda é muito rígido, o maior empregador é o Estado e as pessoas não têm este risco de trabalhar em Luanda e depois irem para Benguela ou para Huila, por exemplo. No futuro, acontecerá e as pessoas perceberão que comprar não é o melhor. O que se deseja é que o sector privado associe projectos geradores de empregos a programas habitacionais. Se uma empresa fizer um investimento, imaginemos, no sector mineiro, seja na Huila, no Huambo ou na Lunda, o Estado deve associar a este programa incentivos para esta empresa construir habitação para que os trabalhadores tenham uma habitação e paguem uma renda. Hoje, as centralidades estão a puxar as pessoas para as grandes cidades. Só há hipóteses de se tirarem as pessoas das grandes cidades para o interior se houver emprego no interior, então temos de incentivar as empresas que vão fazer grandes investimentos a associar a habitação.

Qual é a percentagem de casa em arrendamento nas centralidades?

Só agora no Dundo, Lunda-Norte, face à realidade social e económica da província, que é muito diferente da maior parte das províncias, propusemos o arrendamento que poderá ser estendido para as outras províncias. Aquela região não tem um desenvolvimento como tem as outras províncias e os rendimentos dos trabalhadores são baixos. Mesmo colocando preços de venda igual ao das outras províncias, a Lunda-Norte não tem pessoas com poder para comprar.

Então, neste momento, nas centralidades, todos estão no regime de propriedade resolúvel?

Exactamente. Foi concebida assim, por um lado, para o Estado ter o retorno, mas também foi feita na perspectiva de vender casas às pessoas. Se houver arrendamento, estou convencido de que muitos jovens vão preferir o arrendamento porque serão contratos plurianuais e renda é estabilizada. O mercado de arrendamento tem de se desenvolver e o sector privado, hoje ainda não, mas caminhará para tornar apetecível o negócio do mercado de arrendamento.

Actualmente, qual é a receita da Imogestin?

No último ano, tivemos uma receita em kwanzas, equivalente a de cerca de oito milhões de dólares.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Economia/Política

PR VAI À ASSEMBLEIA NACIONAL NO PRÓXIMO DIA 16

João Lourenço discursa primeiro 'Estado da Nação' no Parlamento

EXPECTATIVAS. Embora há três semanas, aquando da tomada de posse, João Lourenço tenha já 'discorrido' sobre a vida do país, o conteúdo do discurso sobre o Estado da Nação gera alguma 'ansiedade', com destaque para a economia.

Por António Miguel

O discurso sobre o Estado da Nação a ser proferido a 16 de Outubro, pelo Presidente da República, na abertura do primeiro ano parlamentar da quarta Legislatura, deverá fechar o 'ciclo de dissertações formais', e 'empurrar' João Lourenço para a obra, concluíram analistas contactados pelo VALOR.

A elaboração e aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE/2017) constitui a principal ferramenta para que o sucessor de José Eduardo dos Santos entre na 'via expressa' da concretização das promessas eleitorais, saindo da 'fase formal' dos discursos. Por força da Constituição, o Presidente da República vai à Assembleia Nacional para, perante deputados, explicar o Estado da Nação. Além de apontar problemas, espera-se que aponte também caminhos a seguir para resolvê-los.

Embora, aquando da investidura no cargo de Presidente da República, há sensivelmente três semanas, João Lourenço tenha já discursado sobre a situação do país, há expectativas sobre o conteúdo do discurso do Estado da Nação. As 'ansiedades' são ainda maiores em relação às medidas do

novo Governo que visam dinamizar a economia, nos próximos cinco anos.

O economista Lopes Paulo, por exemplo, chama a atenção para o quadro de falência técnica em que se encontram vários bancos comerciais angolanos. O ex-administrador da Agência para a Promoção do Investimentos e Exportação de Angola (APIEX) alerta ainda a administração de João Lourenço para o facto de os níveis das reservas internacionais líquidas angolanas continuarem a reduzir, estimando-se actualmente em 14 mil milhões de dólares contra os 32 milhões de dólares, em 2014.

Lopes Paulo, em entrevista ao 'Novo Jornal', avisou ainda sobre a importância de o sistema financeiro, a nível do Banco Nacional de Angola, ser mais proactivo para permitir o levantamento das restrições de divisas que o país enfrenta no mercado internacional. "A nossa maior crise não é económica nem financeira, é sim de consciência. Se sairmos dessa crise de consciência, percebendo o que priorizar, será muito mais fácil a questão nacional", alertou o economista.

Já a representante em Luanda da Associação Agro-Pecuária, Comercial e de Indústria da Huíla (AAPCIL), Filomena Oliveira, espera que, antes de serem tomadas medidas, o Governo de João Lourenço crie espaços de debate e concertação com os empresários (de dimensão nacional e local) de modo a recolher propostas de formulação das políticas a serem implementadas sobre o sector.



PR prepara-se para o segundo discurso à Nação em menos de um mês.

16

de Outubro, João Lourenço faz o seu primeiro discurso sobre o Estado da Nação.

defende, indicando ainda "a adequação da pauta aduaneira às necessidades reais do país".

A empresária da Huíla espera que o novo inquilino da Cidade Alta promova processos "claros e efectivos" de responsabilização dos funcionários do Estado e dos cidadãos em geral nas questões do combate à corrupção e promoção da excelência, sem esquecer a dinamização dos tribunais na "resolução célere" de litígios no sector empresarial.

Tal como Filomena Oliveira, o presidente do grupo empresarial Bongani, Luís Cupenala, espera que o Presidente João Lourenço se debruce sobre a justiça empresarial e disciplina no mercado, bem como sobre a redução da burocracia e das barreiras administrativa "artificiais para a geração de custos de oportunidade". "Deve combater a corrupção e a promiscuidade entre entidades com cargos executivos no Governo e empresários, porque criam obstrução das iniciativas de empreendedores e competição desleal, enfraquecendo a funcionalidade e eficiência das instituições do Estado", sugeriu.

O presidente da Bongani realça ainda a importância das relações económicas com países estratégicos por formas a criar também condições para o investimento estrangeiro directo, fluxo de capitais, transferência do 'know-how' e tecnologias para a criação de capacidades internas do país e a sua competitividade no mercado internacional.

MEMORIZE

● **No discurso** de tomada de posse a 26 de Setembro, o Presidente João Lourenço afirmou que "nenhuma governação será bem sucedida sem o diálogo aberto com as diferentes forças sociais". Por essa razão, continuou o chefe de Estado, "vamos apostar numa maior aproximação aos sindicatos, ordens profissionais, organizações não-governamentais e alguns grupos de pressão, enquanto parceiros do Executivo".

A empresária entende ainda que o pagamento célere e desburocratizado da dívida do Estado (com juros de mora à taxa comercial) para com as micro, pequenas e médias empresas deve constituir uma prioridade do Presidente da República. A representante da AAPCIL em Luanda aponta ainda como urgente a revisão do código tributário e a legislação fiscal complementar. "Deve ser adequada à realidade económica de Angola, contemplando procedimentos e requisitos distintos aos das grandes empresas. Que sejam mais simples e menos penalizantes para as micro, pequenas e médias empresas",



PRESIDENTE DA REPÚBLICA, João Lourenço, abre, na quarta-feira, 10 de Outubro, a campanha agrícola 2017/2018, na província do Huambo, soube o VALOR de fonte oficial.



A 14.^a EDIÇÃO da PROJEKTA 2017, feira internacional de equipamentos e material de construção, obras públicas, urbanismo, arquitectura e de, coração de interiores, vai decorrer de 26 a 29 de Outubro em Luanda.

NORBERTO GARCIA E LUVUALU DE CARVALHO

As dispensas que se seguem

REMODELAÇÃO. Dança de cadeiras prossegue no novo Governo, com a esperada consolidação da equipa governamental que deverá dispensar nomes sonantes.

Por José Zangui

Com o Governo do Presidente João Lourenço já em funções, esperam-se para as próximas semanas novas nomeações para complementar uma equipa que, apesar da fusão de ministérios, permanece uma das mais pesadas do mundo. Entre as novas indicações destacam-se os secretários de Estado, embaixadores, directores e outras figuras de estruturas complementares.

Tal como em relação ao Governo, existem incertezas nos nomes, mas fontes próximas ao Palácio presidencial disseram ao VALOR que duas figuras de relevo deverão ser dispensadas e já terão sido convidadas a esvaziar os respectivos gabinetes na Cidade Alta. Trata-se de Antó-

nio Luvualu de Carvalho, embaixador itinerante, e Norberto Garcia, director da Unidade Técnica de Investimentos Privados (UTIP), figuras altamente mediáticas que se notabilizaram pelo seu desempenho na comunicação social em defesa do poder. Ambos partilham, também, a forma como ascenderam às esferas do Estado angolano, numa altura em que largos sectores da sociedade consideraram as respectivas nomeações como “compensação” pela sua lealdade. As indicações ocorreram em Setembro de 2015.

Apesar de organicamente estar ligado ao Ministério das Relações Exteriores, como embaixador itinerante Luvualu de Carvalho despachava e dependia operacionalmente do palácio presidencial, onde, aliás, se situa o seu gabinete de trabalho. A posição era inexistente nas estruturas do MIREX, sendo que a sua indicação decorreu da necessidade de contrapor os danos à imagem e reputação

do poder a nível internacional, sobretudo na sequência do mediático caso dos ‘revus’ (processo 15+2).

Da sua actuação como diplomata sobressai o seu desempenho em dois debates na televisão portuguesa RTP, que o opôs ao político João Soares e ao luso-angolano José Eduardo Agualusa.

Norberto Garcia destacou-se, em particular, em debates às sextas-feiras na TV Zimbo com o sociólogo e analista político João Paulo Ganga, numa altura em que respondia pela área social e política do MPLA em Luanda. A UTIP, que chefia, foi criada para “apoiar o Titular do Poder Executivo na preparação, condução, avaliação e negociação dos projectos desta natureza”, segundo despacho da Casa Civil da PR. Ou seja, também não depende de qualquer departamento ministerial.

A fonte do VALOR sinaliza que ambos devem ser dispensados, sendo mesmo provável a extinção de uma ou outra posição.



Norberto Garcia



Luvualu de Carvalho

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
GOVERNO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

Descarregue a App

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

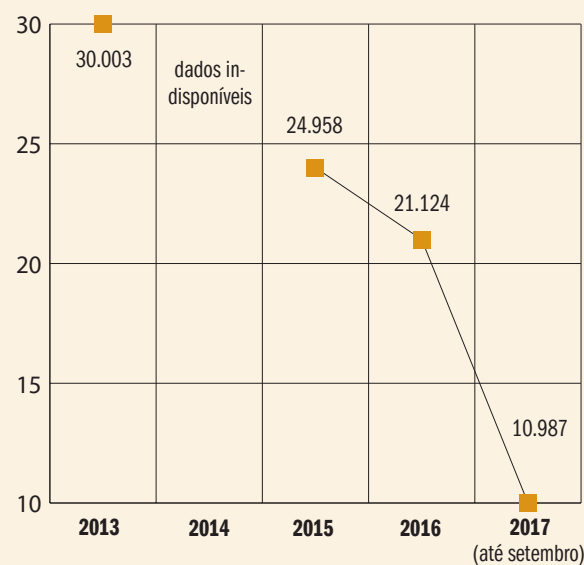
EM DOIS ANOS DE VIGÊNCIA DA NOVA LGT

Infracções laborais reduzem perto de 60%



Nzinga do Céu,
inspectora-geral do
Trabalho

Quadro
anual das
infracções
laborais



TRABALHO. Inspeção-Geral do Trabalho faz balanço positivo dos dois anos de vigência da nova Lei Geral de Trabalho. Sindicalista diz, entretanto, que é preciso tempo e mostra-se preocupado com a precariedade das relações laborais.

Por José Zangui

As infracções laborais registadas recuaram, nos últimos dois anos, cerca de 60% para 10.987 casos, revelou a inspectora-geral do trabalho, reportando-se ao período de 2015 a Setembro de 2017.

Em declarações ao VALOR, Nzinga Ngola Costa do Céu asse-

gurou que a sua instituição recebe cada vez menos casos de violações à lei laboral, embora admita que muitas vítimas “se calam com receio de perder o emprego”.

Conforme ilustra o gráfico, desde 2013 que se assinala uma tendência de redução dos registos de queixas. Das 30.003 infracções de 2013, os casos recuaram cerca de 17% para 24.958 em 2015. Ao passo que, de 2015 para o ano seguinte, a redução foi superior a 15,5% para 21.124 casos.

Em termos agregados, desde o ano de vigência da nova Lei Geral do Trabalho (entrou em vigor em Setembro de 2015), a Inspeção-

-Geral do Trabalho contabilizou 57.069 infracções em diversas áreas de actividade, com o comércio a destacar-se com 10.035 casos, em 2015, e 5.714 infracções até Setembro de 2017. No outro extremo, encontram-se a agricultura e as pescas que, na avaliação global, foram distinguidos como os sectores menos infractores. Pelo meio, pontualizam-se áreas como a construção civil, a hotelaria e turismo, a indústria, agropecuária e o transporte. As telecomunicações, a educação, as finanças, a saúde, os petróleos e a prestação de serviços integram as actividades fiscalizadas.

Sobre as infracções mais comuns, a Inspeção-Geral do Trabalho destaca o incumprimento do horário de trabalho, a falta de recibo de remuneração, a falta de equipamento de protecção individual e a falta de seguro contra acidentes de trabalho e doenças profissionais, além de incluir o incumprimento de pagamento das contribuições do Imposto de Segurança Social.

Quanto aos acidentes de trabalho, segundo Nzinga do Céu, estes ocorrem, sobretudo, na construção civil, minas, petróleo e na hotelaria e turismo.

Comentando a redução das infracções registadas, Manuel Viage, secretário-geral da UNTA-Confederação Sindical, considerou que é preciso tempo, para se entenderem as razões dessa tendência, mostrando-se ainda “preocupado”, com os dados por demonstrarem “a precariedade nas relações laborais”, sobretudo nas micro e pequenas empresas.

Em vigor desde Setembro de 2015, a nova Lei Geral do Trabalho resultou de uma revisão de 20 artigos da antiga lei que vigorou durante 15 anos. Alguns especialistas em direito laboral, na altura, referiram que o novo diploma nada trazia de novo, salvo os princípios emanados das orientações da Organização Internacional do Trabalho. A jurista Márcia Nigiolela, por exemplo, foi uma das críticas da nova Lei laboral.



Mário Mijetes © AE

TRIBUTAÇÃO

Grandes contribuintes com tratamento ‘especial’

Os mais de 320 grandes contribuintes que constam da base de dados da Administração geral Tributária (AGT) vão continuar a merecer um tratamento diferenciado por parte do Fisco, pelo facto de terem um peso significativo nas receitas para o Orçamento Geral do Estado (OGE). O grupo contribui com 76% da receita fiscal não-petrolífera, segundo o administrador da AGT, Hermenegildo Gaspar, durante a abertura do II Encontro Metodológico com os grandes contribuintes, que decorreu sob o lema ‘O Papel da Tributação no Investimento’.

Hermenegildo Gaspar lembrou que a taxa do imposto industrial, principal tributo devido pelas empresas, foi reduzida de 35% para 30%, de modo a aumentar a competitividade entre as instituições e, sobretudo, do sistema fiscal nacional, um facto que representou uma desoneração fiscal para os contribuintes sujeitos ao pagamento do referido imposto.



OS SERVIÇOS TRIBUTÁRIOS do Porto de Luanda investigam, desde Agosto, uma fraude fiscal em Notas de Liquidação de Impostos, resultado da descoberta de pagamentos fraudulentos e de apropriação de elevadas quantias para pagar impostos, envolvendo esquema de falsificadores organizados.



OS TESTES DA SEGUNDA turbina da barragem de Laúca, para o aumento da capacidade de produção, iniciaram este mês, razão pela qual se registam perturbações no sistema e restrições no fornecimento de energia, indica uma nota de imprensa da Rede Nacional de Transporte de Electricidade.



MPLA, CASA-CE, PRS, FNLA E APN

Verbas paralelas da campanha são confidenciais

TRANSPARÊNCIA. Divergiram em vários pontos mas convergiram noutros. Neste segundo aspecto inclui-se, por exemplo, o combate à corrupção e rigor na gestão de fundos públicos. Com excepção da UNITA, o VALOR não conseguiu que revelassem os valores gastos de contribuições particulares.

Por José Zangui

As formações políticas que participaram nas eleições gerais de Agosto passado, com excepção da UNITA, não revelam os montantes financeiros paralelos arrecadados e gastos durante a campanha eleitoral.

O VALOR fez várias tentativas nas últimas semanas junto do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS, FNLA e APN para saber quanto receberam de contribuições particulares fora do financiamento do Estado, sendo que apenas o maior

partido na oposição se pronunciou favoravelmente.

O 'galo negro' disse ter arrecadado 11 milhões de kwanzas de "militantes, simpatizantes e amigos" do partido, que serviram para engrossar os 173 milhões de kwanzas disponibilizados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), segundo a deputada Albertina Ngolo.

Todas as formações receberam o mesmo montante, num valor global equivalente a cerca de 6,2 milhões de dólares do erário. Na altura, classificaram o valor de insuficiente, considerando o desdobraimento que esperavam fazer pelas 18 províncias, mas anunciaram também poder complementá-lo com contribuições particulares.

A lei angolana permite que os partidos políticos legalizados recorram a financiamentos privados para desenvolver as suas actividades, desde que não originem de entidades estrangeiras, mas não impõe a

6,2

Milhões USD é o equivalente em kwanzas que os partidos receberam da CNE.

MEMORIZE

- **A LEI ANGOLANA** permite que os partidos políticos legalizados recorram a financiamentos privados para desenvolver as suas actividades, desde que não originem de entidades estrangeiras, mas não impõe a mesma obrigação quando o dinheiro provém de financiadores privados.

mesma obrigação quando o dinheiro provém de financiadores privados.

O vice-presidente da UNITA, Raul Danda, lançou, na altura, um apelo a simpatizantes e à população em geral para a recolha de doações, num esforço que incluiu a divulgação, pelas redes sociais, de uma conta bancária para eventuais contribuições.

O departamento de informação do MPLA não respondeu à solicitação do VALOR apresentada por escrito há três semanas. O partido vencedor do pleito costuma justificar a sua pujança financeira e económica com contribuições dos seus militantes e amigos, pontuando-se entre estes homens de negócios em vários sectores da actividade económica.

O vice-presidente da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, admitiu que a coligação recebeu contribuições de militantes e "pessoas de boa vontade", mas ressaltou que

apenas tem a obrigação de justificar os gastos dos fundos públicos. O também deputado referiu não estar "em condições" de avançar o valor total gasto, pois a sua área financeira estaria a trabalhar na consolidação das contas.

A FNLA declarou que dependeu exclusivamente do que a CNE disponibilizou para a compra de material, viagens e realização de comícios pelo país, segundo o membro da sua direcção Aguiar Laurindo.

O presidente da APN, Quintino Moreira, prometeu fornecer ao jornal o número de telefone do responsável pelas finanças do partido para que este respondesse à nossa solicitação, mas deixou de atender às chamadas.

No conjunto das seis formações, a APN é a única formação que não conseguiu qualquer assento no parlamento, mas evitou a extinção legal ao garantir 0,51% dos votos.

Por outro lado, os seis têm até sexta-feira próxima, 13, para apresentar à CNE os respectivos relatórios e contas. A Lei Orgânica das Eleições Gerais estabelece que devem fazê-lo até 30 dias após a publicação dos resultados finais das eleições em Diário da República

Até ao fecho da presente edição, o VALOR não pôde apurar se alguma das formações havia cumprido este requisito legal.

Óscar da Cruz, porta-voz da APN, disse recentemente ao jornal 'Nova Gazeta' que o partido havia terminado a "compilação das contas atempadamente" e que estaria em condições de entregar o relatório à CNE. Não avançou data.

Albertina Ngolo disse que o processo contabilístico "tem uma certa complexidade", garantindo, entretanto, que o partido cumpriria o prazo legal.

Lindo Bernardo Tito garantiu que a coligação apresentará o seu relatório dentro do prazo.

Luís Jimbo, director executivo do Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democráticos (IASSED), esclarece que os partidos políticos não podem receber financiamento de outros países nem de organizações internacionais. "Todas as contribuições valem, incluindo financiamento junto da banca nacional, mas menos financiamentos de organizações estrangeiras", precisou.

Economia/Política

EM MALANJE

Falta de investimentos trava pólo agro-industrial de Capanda

AGRO-INDÚSTRIA. Projecto precisa de 200 milhões de dólares para implantar um sistema de irrigação alternativo, mas o Governo não o aprova. Enfrenta também problemas de infra-estruturas que condicionam os planos de diversificação da economia.

Por Valdimiro Dias

Falta de financiamentos e dificuldades de infra-estruturas impedem o desenvolvimento do Pólo Agro-Industrial de Capanda, em Malanje, o qual, em pleno funcionamento, permitiria reduzir em 35% as necessidades de importação de grãos, revelou Carlos Fernandes, presidente do conselho de administração da sociedade que gere aquele

espaço de 411 mil hectares.

Durante uma apresentação recente sobre a evolução do projecto e das potencialidades da região, Carlos Fernandes identificou dois grandes factores que impedem a atracção de investidores para aquele local, destacando-se entre estes o relativo a infra-estruturas, sobretudo electricidade, água e estradas.

“Temos construídos 164 quilómetros de estradas secundárias, 173 quilómetros de rede de energia eléctrica, duas sub-estações ampliadas, mas não temos potência suficiente para que os beneficiários arranquem as respectivas indústrias”, referiu Carlos Fer-

nandes, para quem a solução passa pela ampliação da sub-estação de Capanda, uma vez que a zona precisa de, no mínimo, 12 megawatts de potência.

O gestor vê também com preocupação o surgimento de ramais fora do âmbito do projecto de electrificação, facto que, observou, pode “desvirtuar os objectivos pela qual o mesmo foi criado”.

Segundo Carlos Fernandes, outro facto de estrangulamento reside na falta de um plano de abastecimento hídrico, orçado em 200 milhões de dólares e que aguarda a aprovação do Governo, pois considera que os investidores não podem depender da chuva.

200

milhões de dólares é o total do valor para se implantar um sistema de irrigação no PAC.

1,217

milhões de dólares, investimento global na Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agro-Industrial de Capanda (SODEPAC)

Vaticina que se a actual estiagem em de Malanje persistir, poderá resultar em prejuízos de vários milhões de dólares. O antigo ministro da Agricultura salientou que os promotores dos investimentos no referido pólo enfrentam dificuldades para obter financiamentos, argumentando que os bancos apresentam dúvidas sobre a viabilidade financeiras dos projectos. Por forma a equacionar o problema, revela que o SODEPAC está, neste momento, em negociações com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e bancos comerciais.

Ao Governo, o organismo apela à rápida aprovação do plano hídrico, à conclusão das obras de potenciação da estação de Capanda e à aprovação para a construção de centralidades, sobretudo das chamadas ‘agro-vilas’.

O Pólo Agro-industrial de Capanda possui 196 bairros, habitados por 28 mil famílias, às quais se juntam 27 mil pessoas dispersas numa área de 411 mil hectares. O plano de desenvolvimento da zona inclui a construção de escolas e postos de saúde, tendo, entretanto, a agricultura como o centro de actividade.

Os investimentos globais da Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agro-Industrial de Capanda (SODEPAC) ultrapassam 1,217 mil milhões de dólares, segundo Carlos Fernandes. Até ao primeiro semestre de 2017, encontravam-se instaladas naquele polo 29 empresas numa área total de 152.684, 13 hectares, com projecção de produção anual de 5.322.671,00 toneladas de produtos diversos e criação de cerca de oito mil empregos directos.

A SODEPAC foi criada em 2008 com objectivo de dinamizar e gerir o Pólo Agro-Industrial de Capanda, tendo adoptado um modelo de desenvolvimento assente em premissas estruturantes, como o estabelecimento de cadeias produtivas.

O Pólo Agro-industrial de Capanda possui 196 bairros, habitados por 28 mil famílias.



100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

Mercados & Finanças

ESTADOS UNIDOS QUEREM VENDER PARA TODO O MUNDO

Economia angolana mais ‘ameaçada’, com xisto a caminho da Ásia

PETRÓLEO. Dois dos principais ‘mestres’ da análise do sector petrolífero nacional, o CEIC e o FMI, antecipam dias “arrasadores” e menos dinheiro para o Governo “corrigir o que está mal”, com a intenção dos norte-americanos em despachar um xisto “mais barato e menos poluente” na Ásia. Analista do BPI e um gestor de peso sugerem novas estratégias.

Por Nelson Rodrigues

Angola pode ver pressionada, no curto ou médio prazo, a sua relevância no mercado petrolífero asiático, se o plano dos norte-americanos de ‘injectar’ gás de xisto por toda a Ásia se efectivar, no que constituiria um “grave risco” com impacto na redução das receitas de petróleo para “mínimos assustadores”, alertam ao VALOR vários analistas e ‘mestres’ da indústria petrolífera nacional.

A levantar esta possibilidade está o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) e o ‘mestre’ José Oliveira, que, nas suas análises, já antevêm “desafios” e “cenários arrasadores” para o país, agora sob a gestão de João Lourenço, que tem no petróleo a principal fonte de sustentação do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Para o FMI, se as receitas petrolíferas angolanas caírem, com a entrada do xisto na Ásia, adensam-se por efeito as necessidades de financiamento. “Evidentemente seria um desafio devido a ainda alta dependência da economia e do Orçamento nos recursos do petró-

leo”, avisa o Fundo, pela voz do seu representante em Luanda, Max Alier.

Há duas semanas, os peritos da indústria petrolífera dos Estados Unidos da América (EUA) levantaram a possibilidade, na 33.ª conferência Ásia-Pacífico, de o gás de xisto – “um petróleo leve e barato de se produzir” – ser vendido no actual maior mercado importador e consumidor de energia do mundo, a Ásia.

Até Dezembro do ano passado, os EUA importaram aproximadamente 10,1 milhões de barris de petróleo por dia, com origem em cerca de 70 países. Do total comprado, incluem-se o petróleo bruto, o gás natural, gases refinados liquefeitos, outros refinados do petróleo, designadamente gasolina e combustível diesel, além de biocombustíveis, incluindo o etanol e biodiesel, de acordo com a agência EIA, organismo que gere informações do Governo dos Estados Unidos sobre o sector energético.

No mesmo período, a maior potência económica mundial exportou cerca de 5,2 milhões de barris de petróleo por dia, para 101 países, maior parte dos quais já sob forma de produtos refinados do petróleo, apesar de não vir expresso quanto de xisto saiu do país.

O ‘top Five’ dos países compradores do petróleo norte-americano é liderado pelo México e Canadá, que absorvem cada um 17% do total de petróleo despachado para fora. Nos cinco mais, integram ainda a Holanda



(6%), Brasil (5%) e o Japão (5%), o único destino asiático nos ‘BigFive’ (Ver mapa gráfico ao lado).

ANGOLA: 2.º MAIOR VENDE- DOR PARA A ÁSIA...

De acordo com um estudo recente da agência financeira Bloomberg, Angola ‘despacha’ para Ásia, com destaque para a China, à volta de um terço do seu petróleo, movimentação que coloca

o país no segundo lugar dos produtores que mais vendem ao ‘império do meio’, depois da Rússia.

Só de Janeiro a Dezembro do ano passado, a China comprou 62,7% de todo o petróleo angolano, precisamente 127.821.300 barris de petróleo bruto, segundo o mesmo estudo da Bloomberg citado ao VALOR pelo investigador angolano e analista de projecto do Banco Português de Investimento (BPI), Ivan Negro.

Se o negócio entre os norte-americanos e consumidores asiático avançar, com a venda de xisto, Ivan Negro não tem dúvida de que Angola e os seus pares da OPEP estejam “perdidos”, a avaliar pela quantidade de petróleo que a China compra e pela “não diversificação de mercados”, por parte dos membros da organização.

“O mercado será invadido pela tecnologia de xisto e isto colocará a OPEP e Angola em condição de absoluta subordinação comercial e dificuldade financeira, em especial na captação de recursos financeiros”, adverte o analista, no que é seguido pelo economista e investigador do

CEIC Alves da Rocha, que não esconde o impacto do negócio do xisto na Ásia sobre Angola.

...PERDE INFLUÊNCIA

Para Alves da Rocha, caso o xisto ‘fure’ no mercado asiático, Angola terá de se adaptar às reacções do mercado de petróleo, “porque não tem nenhuma possibilidade de o influenciar”. Este perito e investigador vai mais longe e diz que o país, agora sob presidência de João Lourenço “é apenas um observador e não um ‘player’” no circuito petrolífero mundial.

“Se as vendas do petróleo de xisto dos Estados Unidos também englobarem a China, a posição de Angola, enquanto fornecedor deste produto de base, vai sair fragilizada, ainda que dependente da quantidade de petróleo de que a China necessite para manter a sua máquina económica em funcionamento e garantir mais crescimento económico, neste mercado”, antevê o director do CEIC.

Assim, o “efeito esperado será a diminuição do preço [do petróleo] com diminuição de quantidades, um efeito arrasador sobre as finan-

5%

Volume de exportações de petróleo dos EUA vendido ao único país asiático integrante do ‘top Five’ dos principais destinos, o Japão.

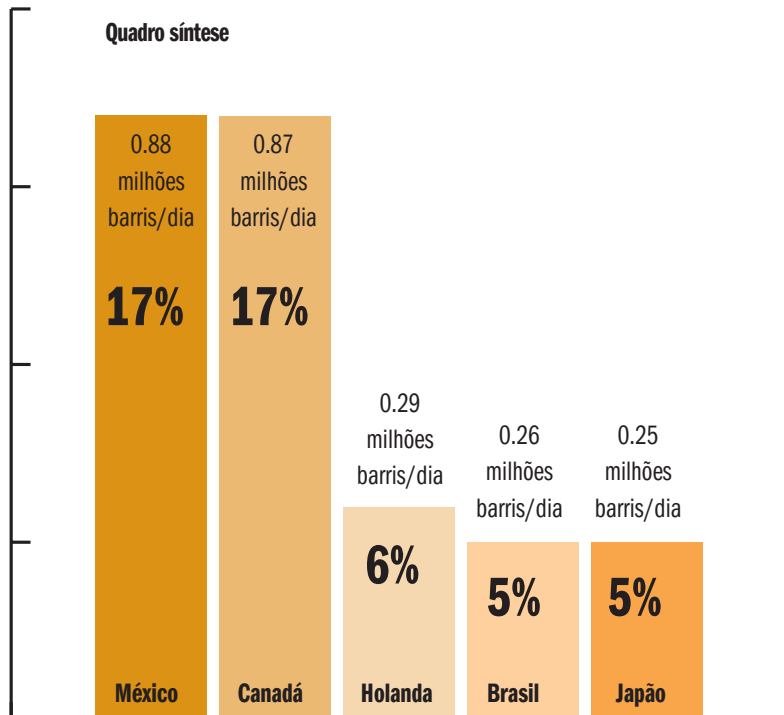
AS RESERVAS internacionais líquidas atingiram, em Agosto, o valor mais baixo dos últimos sete anos, estando actualmente avaliadas em 15.609 milhões de dólares, o que garante a importação de bens e serviços durante seis meses, de acordo com o BNA.



O MERCADO secundário de dívida pública movimentou cerca de 62,8 mil milhões de kwanzas, em Agosto, equivalente a cerca de 378 milhões de dólares, atingindo máximos do ano, revelou o Ministério das Finanças.



Quadro síntese



Principais fontes e quantidades das importações e exportação do Petróleo dos EUA, 2016

Origens das Importação	Importações*Brutas	Exportações	Importações líquidas
Total geral de países	10.06	5.19	4.87
Países OPEP	3.45 (34%)	0.22	3.23
Golfo Pérsico	1.76 (18%)	0.02	1.74
Top Five Orig. Importações			
Canadá	3.80 (38%)	0.87	2.93
Arábia Saudita	1.11 (11%)	0.00	1.10
Venezuela	0.80 (8%)	0.08	0.72
México	0.67 (7%)	0.88	-0.21
Colombia	0.48 (5%)	0.15	0.34

Fonte: Administração de Informação do Sector Energético dos EUA (EIA)
 Unidade: Milhões de barris por dia
 *Somatório entre Exportações e importações líquidas

ças nacionais”, alerta Alves da Rocha, apontando para uma economia cada vez mais dependente das movimentações e não da produção doméstica.

NECESSIDADE PARA NOVOS MERCADO

Porque a ‘invasão’ dos EUA à Ásia é uma certeza, há entre os especialistas do sector petrolífero quem desenhe novas alternativas para a OPEP, sobretudo para Angola. É o caso do ‘mestre’ José Oliveira, que considera a diversificação de mercado a saída para os principais fornecedores daquele continente – Médio Oriente, Rússia e África, com Angola incluída.

Acontecendo o negócio americano na Ásia, hoje maior mercado importador do mundo, os habituais fornecedores do continente deverão direccionar parte do seu petróleo para outros mercados, como o Europeu e o próprio mercado americano e sul-americano, defende José Oliveira.

Apesar do risco, o estudioso minimiza os impactos para Angola

devido às características do petróleo produzido pela indústria de Luanda. “Angola não deve ser muito afectada com exportações americanas para a Ásia, porque as nossas ramas são diferentes e muito usadas e apreciadas nos vários importadores asiáticos”, suaviza José Oliveira.

Visão idêntica tem o consultor financeiro Galvão Branco, que entende a relação Angola-China mais de “vantagens recíprocas” do que ganhos unilaterais, a olhar para as linhas de crédito e demais compromissos entre Luanda e Pequim, apesar de reconhecer a forte competitividade do gás de xisto.

“Estou em crer que, em relação a Angola, decorre a situação de que os fornecimentos de petróleo à jChina, são essencialmente para colateralizar as linhas de crédito que são concedidas ao nosso País e que a sua materialização é do interesse mútuo e com vantagens recíprocas”, minimizou o dono da GB-Consultores, afastando, para já, risco à economia nacional.

PROGRAMA DE REPORTE À AUTORIDADE FISCAL DOS EUA

FATCA fecha primeira fase, com 30% de incumprimento

IMPOSTOS. Obrigatoriedade de o banco comercial e demais instituições financeiras reportarem saldos e contas e movimentos bancários de cidadãos norte-americanos completou o seu primeiro estágio, com 38 de 53 organismos registados a canalizarem dados à AGT. Com esse passo, fisco americano reforça controlo fora de portas.

A Administração Geral Tributária (AGT) e as instituições financeiras nacionais concluíram o programa de reporte de ‘cadastro’ financeiro das empresas e dos cidadãos dos Estados Unidos da América com rendimentos ou contas bancárias em Angola, anuncia o organismo angolano, em nota chegada ao VALOR.

Do programa, estavam previstas recolhas de dados a 53 entidades financeiras, 38 das quais fizeram chegar as informações solicitadas, ao abrigo do regime Foreign Account Tax Compliance Act (FACTA). Ou

seja, 15 entidades financeiras locais não cumpriram com as exigências das autoridades angolanas, o que representa perto de 30% do total de empresas.

Apesar da falta de 15 empresas, a autoridade fiscal angolana liderada por Sílvio Burity regozija-se, reconhecendo as dificuldades por que tiveram de passar para fazer chegar os dados financeiros aos EUA. “Enquanto primeiro reporte desta natureza, o mesmo representou, indubitavelmente, um desafio para as instituições financeiras nacionais, que tiveram de se adaptar num curto espaço de tempo, a um novo modelo de reporte de informação, com conteúdo e formato próprio, o qual, neste primeiro ano, trouxe dificuldades acrescidas pelo facto de abranger informação

referente a três anos distintos”, explica a AGT.

A entidade tutelada pelo Ministério das Finanças considera que “os próximos reportes deverão apresentar um grau de dificuldade menor para as instituições financeiras, uma vez que estas deverão apenas incluir informação referente a um ano”.

O FATCA é um regime com origem nos EUA que visa combater a evasão fiscal de forma mais eficiente, neste caso, de pessoas norte-americanas que detenham activos financeiros em instituições financeiras situadas fora dos EUA. Este regime contou com uma forte adesão a nível mundial, tendo já sido celebrados acordos do género entre os EUA e mais de 80 países.

Mercado & Finanças

BNA JUSTIFICA MEDIDA COM DESCIDA DA INFLAÇÃO

Taxas de juro básica e de câmbio oficial 'intactas' há quase dois anos

POLÍTICA MONETÁRIA. Banco central caminha para o segundo ano sem mexer na taxa de câmbio face ao dólar, na mesma velocidade que anda a taxa BNA, que concluiu, na semana passada, um ciclo de 16 meses sem alterações. Gráficos explicam a evolução das taxas e seus efeitos na economia.



Mário Majetas © AE

Histórico dos quase dois anos das taxas BNA e de câmbio oficial face ao dólar

Ano	TAXA DE VENDA/ USD	TAXA BNA
2016		
Janeiro	156,390	12,00%
Fevereiro	159,736	12,00%
Março	161,468	12,00%
Abril	166,707	12,00%
Maio	166,709	12,00%
Junho	166,711	16,00%
Julho	166,714	16,00%
Agosto	166,715	16,00%
Setembro	166,718	16,00%
Outubro	166,722	16,00%
Novembro	166,725	16,00%
Dezembro	166,728	16,00%
2017		
Janeiro	166,732	16,00%
Fevereiro	166,733	16,00%
Março	166,737	16,00%
Abril	166,738	16,00%
Maio	166,741	16,00%
Junho	166,743	16,00%
Julho	166,742	16,00%
Agosto	166,746	16,00%

1,77%, no mês anterior, e 3,30% em Agosto de 2016.

Assim, “a inflação dos últimos doze meses situou-se em 26,95%, contra 29,01% no mês anterior e 38,18% no período homólogo de 2016, o que reflecte o curso descendente da inflação homóloga iniciado em Janeiro de 2017”, explica o banco central.

Do lado da taxa de câmbio, vários economistas defendem a sua sucessiva manutenção com a necessidade de recuperação do poder de compra das famílias.

Antes de Abril do ano passado, o mercado assistia a flutuações frequentes no mercado cambial. Só de Janeiro a Abril do mesmo ano, o banco central já tinha efectuado três mexidas na taxa: uma de 135,988 kwanzas, de Dezembro de 2015 a Janeiro de 2016; uma 156,39 kwanzas, de Janeiro a Fevereiro; e outra de 159,736, que sai de Fevereiro a Março, antes da fixação nos 166,7 kwanzas, que deve durar até finais do mês que corre.

PETRÓLEO EXPLICA FLUTUAÇÕES

Desde Junho de 2014, as recorrentes alterações do mercado cambial são justificadas com a queda do preço de barril de petróleo no mercado internacional. Um fenómeno que, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), também justifica o alto desnível nas taxas de câmbio do mercado formal e do informal.

Apesar dos preços especulativos, que ainda se situa três vezes acima da taxa de câmbio oficial, face às dificuldades na banca, o negócio de rua tem sido uma alternativa para nacionais e estrangeiros que necessitam de divisas. Três gráficos mostram históricos das taxas BNA e oficial, desde a última alteração.

Por Nelson Rodrigues

completa 510 dias nos 166,7 kwanzas, colocando ambas na corrida para o segundo ano sem alterações, de acordo com cálculos do VALOR, com base nas taxas de juros básicas e taxas de câmbios diárias disponíveis no portal do organismo.

Com a manutenção da taxa BNA até à última semana de Outubro, fazem 485 dias desde que o banco central fez a última alteração à taxa de juro básica, dos anteriores 12,00%, em Maio do ano passado, para os actuais 16,00%, uma marca que se deve manter até à próxima reunião do CPM,

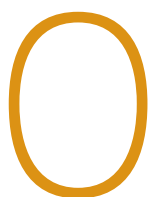
agendada para 27 de Outubro.

No mercado cambial, a taxa para a compra do dólar já se mantém inalterada há 510 dias, desde a última actualização, dos anteriores 161,468 kwanzas de Abril do ano passado, para os actuais 166,746, até Setembro passado. Ou seja, um aumento de mais cinco kwanzas à taxa anterior.

A taxa básica de juro de referência indica a orientação da política monetária e serve de referência para as demais taxas do mercado interbancário. Uma subida dessa taxa indica um curso mais restritivo da política

monetária, em que, por exemplo, o banco central prevê um cenário de aumento geral dos preços, no curto prazo, de acordo com o quadro operacional do BNA.

A manutenção da taxa de juro básica é justificada pelo banco central, por via do CPM, com o comportamento dos principais indicadores macroeconómicos no mês de Agosto, que, segundo o organismo, teve uma trajectória descendente. No período, a taxa de inflação mensal, medida pelo Índice de Preços no Consumidor de Luanda, foi de 1,66% contra



básica de juro nos 16,00% até finais de Outubro, na mesma altura em que a taxa de câmbio oficial do dólar

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Empresas & Negócios

TRANSPORTES AÉREOS

TAAG assina acordo de manutenção com GE Aviation

PARCERIA. É o segundo acordo de manutenção entre as duas empresas, depois do assinado em 2010. Administrador da companhia não avança detalhes, mas fala em “acordo normal”.

Por César Silveira

A TAAG assinou um acordo válido para cinco anos com a General Electric Aviation para a manutenção, reparação e revisão dos motores CFM56-7B, usados pelas cinco aeronaves do tipo Boeing 737-700 da sua frota, segundo noticiou a GE Aviation no seu portal de internet no passado dia 5.

O acordo é o denominado True Choice e, segundo explicação da companhia, fornece revisões pontuais e material com trabalhos específicos, bem como disponibiliza peças novas e usadas de “alta qualidade, reparos avançados e actualizações tecnológicas para melhorar o desempenho do motor e suportar um maior valor residual do mesmo”.

Sem adiantar o valor do contrato, o documento indica que o responsável pela área de manutenção da TAAG, Robert Bryant, apresenta uma combinação de argumentos para justificar a escolha da GE Aviation que incluem razões técnicas, económicas e históricas.

“Todos os motores das aeronaves Boeing 777 e 737 da TAAG são True Engine, qualificados nos programas GE e CFM. Portanto, é uma progressão lógica para garantir que eles mantêm esse ‘status’ com este acordo de revisão True Choice. A proposta muito competitiva apresentada pela GE Aviation para os motores CFM56, adicionado ao contrato existente entre as duas empresas de manutenção dos motores GE90, combinados com o excelente pacote económico da GE para os próximos cinco anos foram



Em Dezembro de 2010, a GE Aviation interveio na sequência da avaria de duas aeronaves da TAAG.

determinantes”, explicou.

Sublinhou ainda que, para a “TAAG atingir o seu objectivo de se tornar a companhia aérea mais proeminente e respeitada em África, é essencial seleccionar parceiros que criem respeito e confiança da indústria”.

Por sua vez, Jean Lydon-Rodgers, presidente e director executivo da organização de serviços da GE Aviation, salienta que o acordo “demonstra que a TAAG continua a confiar nas ofertas de serviços da GE Aviation”.

No entanto, o administrador da TAAG, Rui Carreira, evitou entrar em detalhes sobre o acordo, por razões confidenciais. “Não há muitos detalhes para avançar porque são acordos que exigem confidencialidade, mas também são acordos normais. Rescindiui-se com um prestador e foi-se em busca de outro”, respondeu. Com este acordo, a GE Aviation será

5

Aeronaves estão contempladas no acordo.

o fornecedor de serviços para todos os motores GE da TAAG.

Segundo o histórico da relação entre as duas empresas, em Julho de 2010, assinaram um acordo, avaliado em 50 milhões de dólares e válido para um período de 10 anos, para a manutenção, reparação e revisão dos 10 motores GE90 das aeronaves Boeing 777-200ER e 300ER.

Em Dezembro do mesmo ano, as duas empresas viram-se forçadas

a trabalhar no terreno na sequência da avaria técnica de duas das cinco aeronaves do tipo Boeing 777-200ER. Num intervalo de 17 dias, ambas foram obrigadas a aterrar de emergência, depois da descolagem em Lisboa, devido à perda de algumas peças do motor do tipo GE90-94B.

Na sequência, a TAAG suspendeu a utilização das outras três aeronaves que usavam o mesmo tipo de motor e as partes trabalharam no sentido de identificar as causas.

Segundo um comunicado feito pela TAAG, na altura, as investigações levadas a cabo pela fabricante dos motores concluíram que “um desgaste anormal dos injectores” estava na base dos problemas, acrescentando que “a solução encontrada foi a remoção dos motores e a colocação de novos injectores, inclusive nos que não haviam sido afectados por aquela anomalia”. As aeronaves ficaram paradas cerca de quatro meses.



CAMPANHA

ENSA lança ‘Seguro Motociclo’

A ENSA lançou, sexta-feira, 6, em Luanda, a campanha ‘ENSA Motociclos’, direccionada a todos os veículos de duas e três rodas, com principal destaque para aqueles que se dedicam à actividade de mototáxi, anunciou a entidade em comunicado.

A campanha, que irá decorrer em todo o território nacional, visa sensibilizar os utilizadores destes meios, facilitar a adesão do respectivo seguro, “cuja subscrição é obrigatória por Lei, bem como contribuir para as receitas fiscais do Estado, salvaguardando danos materiais e físicos de terceiros, incluindo os bens públicos”.

Em acto presidido pelo presidente do conselho de administração da ENSA, a cerimónia foi testemunhada por representantes do Ministério do Interior, da Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT) e membros da Associação de mototaxistas de Angola (AMOTRANG), para além de altos quadros da seguradora.

Em algumas províncias, os mototaxistas são considerados os principais meios de transporte.

ANGOLA CABLES, DEDICADA à comercialização de circuitos internacionais de voz e dados por cabos submarinos de fibra óptica, participou na feira Futurcom 2017, no Brasil.



O PORTO DO LOBITO vai concessionar a duas empresas privadas a operação e gestão dos terminais de contentores de minérios e do Porto Seco, por 25 anos.



EXCESSO DE BUROCRACIA FOI OUTRO TEMA DEBATIDO

Sonangol reúne com PR para debater condições fiscais no sector

PETRÓLEO. Concessionária nacional afirma estar empenhada e “fortemente comprometida” para, em conjunto com todos os intervenientes da indústria petrolífera nacional, cumprir a sua missão de aumentar as receitas para o Estado.

Por António Nogueira

A Sonangol participou na manhã, da passada sexta-feira, com algumas operadoras petrolíferas, numa reunião convocada pelo Presidente da República, João Lourenço, na sequência de uma exposição feita pelas referidas operadoras ao chefe de Estado, onde identificavam várias questões relacionadas com as suas estratégias de investimento e operações em Angola.

De acordo com um comunicado da concessionária petrolífera nacional, um dos pontos levantados pelas operadoras no encontro prende-se com a melhoria das condições fiscais e competitivas oferecidas aos investidores, quando comparadas a países produtores de petróleo como o México, Brasil ou Nigéria.

A Sonangol salienta, no entanto, que já havia encomendado, nesse âmbito, um estudo comparativo sobre os vários países produtores de petróleo, no sentido de apoiar o Governo, na tomada de decisões que posicionem Angola num patamar internacional mais competitivo. A nota, porém, não detalha se o estudo em causa chegou a ficar concluído.

No documento apresentado pelas operadoras, o excesso de burocracia no sector, é outro elemento apontado como desfavorável

1,7

Mil milhões de dólares é o valor que a Sonangol conseguiu poupar, em 2017, resultante de processos de racionalização de custos e investimentos.

ao desenvolvimento da indústria. A petrolífera nacional refere ainda que, em linha com as preocupações dos seus parceiros e no intuito de se anteciparem algumas soluções, procedeu-se recentemente à revisão dos seus estatutos, eliminando-se assim um nível na pirâmide das aprovações, “o que tornará mais célere todo o processo de análise e aprovações dos dossiers das operadoras”.

“Tal como já fora anteriormente comunicado, estão actualmente também identificadas as áreas críticas de melhoria, que requerem total dedicação e especialização devido à importância que assumem no negócio, nomeadamente a gestão da concessionária; a revisão dos antigos processos de aprovações existente há décadas na empresa; a substituição do ex-presidente da comissão executiva que tinha



Isabel dos Santos,
PCA da Sonangol

Mário Mujetes ©VE

a responsabilidade pela gestão da concessionária e pela relação com as operadoras”, salienta o comunicado.

Estas funções, segundo a petrolífera nacional, passam agora a ser desempenhadas por dois administradores que garantem total comprometimento com as melhores práticas de gestão e, assim, o tratamento mais célere dos desafios do sector.

“Temos trabalhado num diálogo constante e transparente com os operadores para fazer avançar os interesses da indústria nacional. Nesse sentido, realizámos, em Julho deste ano, um ‘roadshow’ internacional nas sedes das principais operadoras petrolíferas, para discutir os planos de investimento em Angola, e os desafios da indústria”, refere a Sonangol.

Esta actividade, segundo ainda o comunicado, correu a par das reuniões permanentes que se efectuam

MEMORIZE

- A Sonangol informou que havia encomendado um estudo comparativo sobre os vários países produtores de petróleo, no sentido de apoiar o Governo, na tomada de decisões que posicionem Angola num patamar internacional mais competitivo.



com todos os operadores em Angola. “Assim, a Sonangol alcançou com os operadores aumentos significativos da competitividade da indústria petrolífera nacional” Com efeito, os custos de produção por barril caíram 48% de 2014 a 2016 e os esforços de racionalização de custos e investimentos, liderados pela Sonangol, resultaram em poupanças adicionais de 1,7 mil milhões de dólares em 2017.

A Sonangol reafirma que vai continuar a trabalhar com os operadores para identificar novas oportunidades de investimento, tendo realçado ainda que, apesar da redução do investimento recente em Angola como consequência da redução do investimento a nível mundial, continuam a existir oportunidades “muito interessantes” em óleo e gás, suficientes para manter os níveis de produção com rentabilidade atractiva num horizonte bastante longo.

(In)formalizando

JOVENS DUVIDAM DOS NÚMEROS E FALAM EM INTERMEDIÁRIOS

Candidatos ao 'Projovem' criticam falta de transparência

CRÉDITO. Jovens desconfiam de alegada existência de empresas de assessoria que aplicam a “velha história dos 10%”. Presidente do BDA esclarece que recepção das candidaturas não garante, à partida, o crédito. Projectos são avaliados.

Por José Zangui



Até Julho, o programa beneficiou um total de 116 projectos.

Alguns candidatos à linha de crédito do 'Projovem' duvidam dos dados oficiais que indicam que, até Julho, o programa beneficiou um total de 116 projectos em vários sectores, com o comércio no topo da lista dos beneficiários.

Sem 'darem o rosto', vários candidatos ao programa declararam, ao VALOR, que continuam na expectativa de verem os seus projectos aprovados, argumentando que “uma coisa é a aprovação, outra é receber o dinheiro”.

Segundo os candidatos (mais de uma dezena que falaram a este jornal), os seus projectos foram remetidos há mais de três meses, mas, até ao momento, não receberam qualquer sinal no sentido de receberem o crédito. Um dos raros jovens que aceitou identificar-se é Lucas Oli-

veira, proprietário de um Restaurante Bar, que questiona os critérios.

O jovem, que garante ter entregue toda a documentação exigida pelo BCI, entende que o processo de validação dos projectos “não é transparente” e desconfia haver muitas empresas intermediárias de assessoria e auditoria criadas apenas para beneficiarem da “velha história dos 10%”.

Os jovens denunciam também a mudança de jogo, ‘ao meio da partida’. Inicialmente, como indicam, falava-se num tecto máximo de 40 milhões de kwanzas para um projecto. Agora, os remetentes estão a ser aconselhados a desenhar projectos de apenas até 10 milhões, com outras exigências: direito de superfície, planta de obra, contabilidade organizada, documentos de arrecadação de receitas, imposto em dia e não ter crédito, para aqueles que já funcionam como empresa, plano de negócio, garantia ou avalista e ainda

MEMORIZE

● **O Projovem** é um programa do governo financiado pelo BDA, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo operador é o BCI. Segundo o regulamento, o mesmo deve beneficiar jovens de idade entre 18 e os 40 anos de idade.



formação de gestão no INAPEM.

Rosa Martins, 32 anos, proprietária de uma hamburgaria, entende que os requisitos “afugentam” quem quer começar um negócio.

OS INTERVENIENTES

A linha de crédito, que tem como operadores entidades ligadas ao Conselho Nacional da Juventude, Instituto Nacional da Juventude e o Instituto Nacional de Apoio às Micro Pequenas e Médias Empresas, tem como sectores prioritários para financiar a hotelaria e turismo, a indústria, a agricultura, a pecuária e a prestação de serviços. As pescas, as tecnologias de informação e a comunicação, o comércio e o empreendedorismo cultural fazem parte do pacote.

Num recente balanço, o presidente do conselho de administração do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), António Assis, real-

çou que “a apresentação de muitos e bons projectos é louvável”, mas não deixou de apontar um senão. “Infelizmente, estivemos habituados a fazer as coisas longe da perfeição, agora, confrontados com um programa bem estruturado e organizado, existem algumas interrogações e inquietações.”

Em declarações ao VALOR, Manuel Neto da Costa, presidente do conselho da administração do BDA, confirmou, por suz vez, a “grande adesão” ao programa por parte dos jovens com iniciativas empreendedoras, mas esclareceu que as candidaturas são avaliadas, não sendo por isso garantia de aprovação dos créditos.

Segundo o regulamento do programa, as taxas de juros exigidas são variáveis consoante o sector de actividade. Para a agricultura, pecuária e pescas 7,12%; para a indústria 8,27%; o comércio e prestação de serviço 9,43%. O período para o reembolso é de 60 meses.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.



DE JURE

DESPEDIMENTOS SEM JUSTA CAUSA

Trabalhadores domésticos denunciam incumprimentos à Lei

INFRACÇÕES. Decreto que regula o trabalho doméstico estará a ser violado. Há denúncias de despedimentos sem justa causa.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Domésticos de Luanda denunciou, na semana passada, que muitos empregadores estão a despedir os funcionários “sem justa causa”, estando a furtrar-se do pagamento das contribuições para a Segurança Social, além das “faltas de respeito diárias”.

A secretária-geral do sindicato, Leopoldina da Silva Inglês, disse, em declarações à Lusa, que são muitos os empregadores que “continuam a ignorar os pressupostos legais”, sobretudo porque muitos dos empregados “desconhecem” a lei, aprovada há alguns meses, “que os protege”.

“Alguns empregadores cumprem a lei, mas a maioria continua a furtrar-se. Quando notamos a violação da lei, marcamos encontro com o empregador, ouvimos os dois lados e tentamos um acordo e, em caso de não entendimento, recorremos à sala de trabalho”, explicou a sindicalista.

Para pôr cobro ao elevado número de reclamações dos empregados, quanto aos incumprimentos dos patrões, aquele sindicato promoveu, até ao passado dia 6 deste mês, uma campanha de filiação maciça dos trabalhadores dos ser-

viços domésticos. “Por desconhcerem a lei, estão poucos informadas, então pouca gente adere ao sindicato, daí a realização dessa campanha massiva para que elas tenham conhecimento e venham ao sindicato para saberem dos seus direitos”, explicou.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Domésticos de Luanda existe desde 2011 e conta já com mais de 400 filiados.

O serviço doméstico em Angola é regulado pelo Decreto Presidencial nº 155/16 de 9 de Agosto de 2016, que estabelece o Regime Jurídico do Trabalho Doméstico e a sua protecção social, mas a crise financeira e económica que o país vive também está a contribuir para as dificuldades desta actividade.

Para Leopoldina da Silva Inglês, apesar de a lei estabelecer o pagamento das contribuições para a Segurança Social de forma partilhada, entre empregador e empregado, na prática, os mais interessados continuam a ser os empregadores.

“O empregado paga 2% do seu salário e o empregador paga 6%, que correspondem aos 8%. Nesse domínio, muitos empregadores estão em falta”, observou, alertando que muitos dos filiados continuam igualmente em falta quanto à quotização mensal no sindicato.



O Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Domésticos de Luanda existe desde 2011 e conta já com mais de 400 filiados.

Em Angola, é considerado trabalhador doméstico aquele que “prepara e confecciona alimentos, faz lavagem e tratamento de roupas, limpeza e arrumação de casa, vigilância e assistência a pessoas idosas, crianças e doentes, serviços de jardinagem e serviço de apoio de transporte familiar”.

CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO

De acordo com o decreto sobre o Regime Jurídico do Trabalho Doméstico, os contratos para este tipo de serviço, que só poderão ser celebrados com pessoas maiores de 18 anos, podem ser celebrados por tempo determinado, por tempo indeterminado, a tempo inteiro ou a tempo parcial, mediante o preenchimento da caderneta do tra-

balhador de serviço doméstico, que deve ser registada junto do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Sem prejuízo, a falta de preenchimento da caderneta não invalida a vigência do contrato. Sempre que a prestação de trabalho integre alojamento e refeição, o contrato deve ser celebrado a tempo inteiro, sendo, contudo, proibida a celebração de contrato de trabalho doméstico em regime de alojamento entre empregador solteiro, divorciado ou viúvo, e trabalhador de sexos opostos. Quando celebrado por tempo determinado, o contrato de trabalho doméstico terá o prazo máximo de 10 anos, findo o qual se converterá automaticamente em contrato por tempo indeterminado, podendo, contudo, ser celebrado por períodos

inferiores sucessivamente renováveis.

O período experimental é de até 60 dias, dentro do qual qualquer uma das partes poderá fazer cessar o contrato sem aviso prévio ou alegação de justa causa, não havendo lugar a qualquer indemnização.

Entretanto, a remuneração poderá ser paga em dinheiro e em espécie, estando a prestação em espécie limitada ao montante máximo correspondente a 20% do valor global. O empregador deve preparar um recibo de remuneração a ser assinado pelo trabalhador. O trabalhador doméstico estará também sujeito à realização de exames médicos e deve, no momento da contratação, apresentar atestado médico que confirme a sua aptidão física.

PUB

100.000

**BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA:
CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.**

Nova Gazeta

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

O TEU CANAL TEM MAIS...

zäp vivo

CANAIS 4 E 5HD

**+ NOVIDADES
+ DEFINIÇÃO**



**+ DETALHE
+ QUALIDADE**

**+ PARA TI E PARA
TODA A FAMÍLIA!**



O teu canal favorito está disponível em alta definição (HD) na **posição 5** da grelha da ZAP.

zäp

SEGUE-NOS EM:     + INFO EM: www.zap.co.ao

Gestão

O SONHO COMEÇOU DEPOIS DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA NA UNIÃO SOVIÉTICA

Única empresária multimilionária do Sudeste asiático vale 1,7 mil milhões

CARREIRA. Nguyen Thi Phuong Thao, de 56 anos, construiu uma companhia aérea avaliada em 1,2 mil milhões de dólares e uma fortuna de 1,7 mil milhões de dólares. Actualmente é titulada como a única mulher do Sudeste da Ásia com uma fortuna multimilionária.

Por António Nogueira

A

s mulheres representam uma pequena fatia, de 11%, na lista das pessoas mais ricas do mundo pela lista da Forbes do

ano passado. E a grande maioria é herdeira de fortunas, destacando-se casos como o da multimilionária Liliane Bettencourt, falecida a 21 de Setembro deste ano, até então considerada a mulher mais rica do mundo. Herdeira da marca de cosméticos L'Oréal, ostentava um património avaliado em 39,5 mil milhões de dólares.

Há também o caso de Alice Walton, 67 anos, colocada, até antes da morte de Liliane Bettencourt, na posição de segunda mulher mais rica do mundo. Dona de um património avaliado em 33,8 mil milhões de dólares, Alice Walton é herdeira da rede de supermercados norte-americana Wal-Mart.

Entretanto, neste ano, um nome deverá engrossar a lista das mulheres mais ricas do mundo, em especial entre as que fizeram riqueza por esforço próprio. Trata-se, segundo a Forbes, de Nguyen Thi Phuong Thao, empresária vietnamita, de 56 anos, que lançou, em Dezembro de 2011, a primeira companhia aérea do Vietname para concorrer com a operadora nacional, líder do sector no país.

Em cinco anos, a VietJet Air cresceu a tal ponto de operar mais de 40% dos voos do país, chegando a valer 1,2 mil milhões de dólares



Phuong Thao: a meta é conquistar o mundo.

no mercado, o que atribui à Nguyen Thi Phuong Thao um património líquido estimado em 1,7 mil milhões de dólares, o segundo maior do país, além do título de única mulher do Sudeste da Ásia com uma fortuna multimilionária.

“Sempre fiz grandes negócios, nunca fiz nada em pequena escala”, disse Nguyen numa entre-

vista à Forbes na última semana. “Quando as pessoas estavam a negociar um contentor de mercadorias, eu já estava operacionalizar centenas deles.”

DESCOLAGEM SEGURA

A ideia do negócio surgiu anos depois de Nguyen Thi Phuong Thao ter estudado economia e

finanças na antiga União Soviética, na década de 1980, e trabalhado com negociação de commodities na Europa Oriental e Ásia.

Ao voltar ao seu país de origem, Nguyen prosseguiu com a trajectória, investindo em bancos e liderou, ao mesmo tempo, projectos comerciais imobiliários e resorts, áreas de negócios

que, segundo a Forbes, lhe terão dado experiência suficiente para gerir a grande procura de viagens aéreas que iam surgindo no país. Este terá sido o primeiro grande passo para que projectasse uma nova estratégia de negócio.

A partir daí, a empresária decidiu pesquisar os modelos usados por companhias aéreas de baixo custo de todo o mundo, como a Southwest, Ryan Air e AirAsia, e desenhou o que seria o negócio ideal no ramo no Vietname. Conseguiu a licença para operar em 2007, mas suspendeu os planos na sequência da alta do preço do petróleo no mercado internacional, custo que representa quase metade de uma operação desse porte.

Em 2010, na tentativa de mitigar o risco, fechou uma joint-venture com a Air Asia, o que não resultou. No ano seguinte, levantou o primeiro voo sem ajuda de terceiros e, desde então, cresceu rapidamente.

No segundo ano de operação, a VietJet já obteve lucro, graças à derrapada do principal concorrente, a Vietnam Airlines, e ao crescimento do mercado no país, que saltou 29% entre 2012 e 2016.

A companhia, cotada na bolsa vietnamita desde Fevereiro, oferece agora 300 voos diários, entre 63 rotas locais e dezenas de internacionais, além de 45 jactos.

Os planos para o futuro, não tão longínquo assim, é ampliar os horizontes e conquistar o mundo. “A VietJet pretende ser uma companhia aérea internacional, não apenas local”, disse a empresária em entrevista à Forbes.

Se os ventos forem tão favoráveis quanto foram até agora, Nguyen sabe que, com trabalho duro, visão estratégica e ousadia, ela deverá ser capaz de chegar em qualquer lugar. Esta é, pelo menos, a conclusão a que chegaram os analistas da Forbes.

300 1,2 29

Voos é o que a companhia de Phuong Thao oferece diariamente.

Por cento, crescimento do mercado da aviação entre 2012 e 2016, no Vietname

Mil milhões USD, valor de mercado da VietJet, segundo a Forbes

Déjà Voodoo

Donald Trump,
presidente
dos EUA



Joseph E.
Stiglitz

Uma administração de Trump composta por plutocratas - a maioria dos quais obteve a sua riqueza em actividades de rentismo e não de empreendedorismo produtivo - espera ser recompensada. Mas a reforma fiscal proposta pelos republicanos recompensa mais as corporações e os ultra-ricos do que a maioria tinha antecipado.

Tendo falhado em “revogar e substituir” a Lei de Cuidados Acessíveis de 2010 (“Obamacare”), a administração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e a maioria republicana do Congresso passaram para a reforma tributária. Oito meses depois de assumir o cargo, a administração só conseguiu oferecer um esboço do que tem em mente. Contudo, o que sabemos é suficiente para

sentir um profundo alarme.

A política fiscal deve reflectir os valores de um país e resolver os seus problemas. E hoje, os Estados Unidos - e em grande parte do mundo - enfrentam quatro problemas centrais: aumento da desigualdade de rendimentos, crescente insegurança no emprego, mudanças climáticas e crescimento anémico da produtividade. A América enfrenta, além disso, a necessidade de reconstruir as suas infra-estruturas decadentes e fortalecer o seu sistema de educação primário e secundário com baixo desempenho.

Mas, o que Trump e os republicanos estão a propor como resposta a estes desafios é um plano de impostos que oferece a maior parte dos benefícios não para a classe média - uma grande percentagem dos quais pode realmente pagar mais impostos -, mas para os milionários e bilionários da América. Se a desigualdade já era um problema, a promulgação da reforma tributária proposta pelos republicanos torná-la-á muito pior.

As corporações e as empresas estarão entre os grandes beneficiários, um enviesamento justificado com base em que tal estimularia a economia. Mas os republicanos, e principalmente estes, devem entender que os incentivos são importantes: seria muito melhor reduzir os impostos para empresas que inves-

tem na América e que criam empregos e aumentar para todos aqueles que não o fazem.

Afinal, não é como se as grandes corporações americanas tivessem fome de dinheiro; estão sentadas em trilhões de dólares. E a falta de investimento não é porque os lucros, antes ou depois dos impostos, são muito baixos. Os lucros corporativos pós-impostos como parte do PIB quase triplicaram nos últimos 30 anos.

Na verdade, com o investimento adicional financiado em grande parte pela dívida, e os pagamentos de juros serem dedutíveis a nível fiscal, o imposto sobre as empresas reduz o custo do capital e o retorno ao investimento de forma proporcional. Assim, nem a teoria nem a evidência sugerem que a oferta de impostos corporativos proposta pelos republicanos aumentará o investimento ou o emprego.

Os republicanos também sonham com um sistema de impostos territoriais, pelo qual corporações americanas são tributadas apenas sobre os rendimentos que geram nos EUA. Porém, tal só reduziria as receitas e incentivaria as empresas americanas a mudar a produção para jurisdições de baixa tributação. Uma corrida para o fundo na tributação das empresas pode ser evitada apenas impondo uma taxa mínima a qualquer corporação que faça negócios nos EUA.

Os estados e municípios da América são responsáveis pela educação e por uma grande parte do sistema de saúde e bem-estar do país. E os impostos estaduais sobre o rendimento são a melhor maneira de introduzir um mínimo de progressividade no nível sub-nacional: os estados sem imposto sobre o rendimento geralmente dependem de impostos regressivos sobre as vendas, que impõem um fardo pesado aos mais pobres e às pessoas que trabalham. Portanto, talvez não seja surpresa que a administração Trump, composta por plutocratas indiferentes à desigualdade, queira eliminar a dedutibilidade dos impostos sobre o rendimento estadual da tributação federal, encorajando os estados a mudarem para os impostos sobre as vendas.

Abordar a panóplia de outros problemas que os EUA enfrentam exigirá mais receitas federais, e não menos. Os aumentos nos padrões de vida, por exemplo, são o resultado da inovação tecnológica, que, por sua vez, depende da investigação. Mas, o apoio do governo federal à investigação em percentagem do PIB está actualmente num nível comparável ao que foi há 60 anos.

Enquanto Trump, como candidato, criticou o crescimento da dívida nacional dos EUA, agora propõe cortes nos impostos que somariam trilhões à dívida nos próximos dez anos - e não “apenas” 1,5 trilhões que os republicanos alegam que seriam adicionados, graças a algum milagre de crescimento que levaria a mais receitas tributárias. No entanto, a principal lição do ‘Voodoo’ da economia pelo lado da oferta de Ronald Reagan não mudou: cortes nos impostos como estes não levam a um crescimento mais rápido, mas apenas a menores receitas.

Isto é especialmente assim agora, quando a taxa de desemprego é pouco superior a 4%. Qualquer aumento significativo na procura agregada seria cumprido por um aumento correspondente nas taxas de juros. A “combinação económica” da economia deslocaria assim o investimento; e o crescimento, já anémico, diminuiria.

Uma estrutura alternativa aumentaria as receitas e aumentaria o crescimento. Isto incluiria uma reforma real dos impostos corporativos, eliminando os truques que permitem que algumas das maiores empresas do mundo paguem impostos minúsculos, nalguns casos, muito inferiores a 5% dos seus lucros, proporcionando-

-lhes uma vantagem injusta sobre os pequenos negócios locais. Isto estabelecerá um imposto mínimo e eliminaria o tratamento especial de ganhos de capital e dividendos, obrigando os muito ricos a pagar pelo menos a mesma percentagem dos seus rendimentos em impostos como os restantes cidadãos. E isto levaria à introdução de um imposto sobre o carbono, para ajudar a acelerar a transição para uma economia verde.

A política fiscal também pode ser utilizada para moldar a economia. Além de oferecer benefícios para os que investem, desenvolvem investigação e que criam empregos, maiores impostos sobre a propriedade e a especulação imobiliária redireccionariam o capital para despesas que aumentassem a produtividade - a chave para a melhoria dos padrões de vida a longo prazo.

Uma administração de plutocratas - a maioria dos quais obteve a sua riqueza em actividades de rentismo e não de empreendedorismo produtivo - esperam assim ser recompensados. Todavia, a reforma fiscal proposta pelos republicanos recompensa mais as corporações e os ultra-ricos do que a maioria tinha antecipado. Evita reformas necessárias e deixa o país com uma montanha de dívidas; a consequência - baixo investimento, baixo crescimento da produtividade e enormes desigualdades - que levariam décadas para desfazer.

Trump assumiu o cargo prometendo “limpar o pântano” em Washington, DC. Em vez disso, o pântano cresceu mais e mais fundo. Com a reforma tributária proposta pelos republicanos, ameaça engolir a economia dos EUA.

Joseph E. Stiglitz, Prémio Nobel de Ciências Económicas em 2001 e Medalha John Bates Clark em 1979, é Professor na Universidade de Columbia, Co-Presidente do Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre a Medição do Desempenho Económico e do Progresso Social na OCDE e Economista-Chefe do Instituto Roosevelt. Ex vice-presidente sénior e economista-chefe do Banco Mundial e presidente do Conselho de Assesores Económicos do presidente dos EUA, Bill Clinton. Em 2000 fundou a Iniciativa para o Diálogo de Políticas, um grupo de reflexão sobre desenvolvimento internacional com base na Universidade de Columbia. O seu livro mais recente - O Euro: como uma moeda comum ameaça o futuro da Europa.

Internacional

ALTERAÇÃO CLIMÁTICA

Mundo pode enfrentar déficit de água de 40%

PESQUISA. CONFERÊNCIA. Participantes da conferência internacional sobre água apelam para a necessidade de se investir para evitar cenários piores, e estimam em cerca de 255 mil milhões de euros o investimento anual necessário em infra-estruturas hídricas.

Por César Silveira

A manter-se o actual cenário de desperdício de água potável e de alteração climáticas, o mundo poderá enfrentar, em 2030, um déficit de cerca de 40% de água, concluíram os participantes da 2.ª conferência internacional sobre água e clima, que decorreu em Marselha, França, entre os dias 3 e 4 de Outubro de 2017.

“Dado que são necessários cerca de 255 mil milhões de euros por ano para o desenvolvimento de infra-estruturas hídricas a nível mundial e a erradicação da fome até 2030 exigirá um investimento de 17,4 mil milhões de euros, o financiamento é uma questão crucial na agenda política dos líderes mundiais. Construir cidades sustentáveis resistentes às alterações climáticas e a diminuição da fome, são cruciais para cumprir os objectivos da COP21 e reafirmados na COP22, onde foram prometidos 100 mil milhões de dólares anuais até 2020 para lidar com os impactos das alterações climáticas e reduzir as emissões”, lê-se no comunicado final do evento.

Os participantes destacaram ainda que 63% das cidades prevêem risco de abastecimento de água devido às alterações climáticas.

Discutiram a “Iniciativa Água para África”, considerando que a “conferência marca uma oportunidade histórica para redireccionar a atenção da comunidade global sobre a necessidade de ajudar as nações em desenvolvimento a adaptarem-se às alterações climáticas. Em nenhuma



Os membros lembraram a importância da água para alcançar as metas do desenvolvimento sustentável.

MEMORIZE

● São necessários cerca de 255 mil milhões de euros por ano para o desenvolvimento de infra-estruturas hídricas a nível mundial.

17,4

Mil milhões de euros investimento necessário anualmente para a erradicação da fome até 2030

outras áreas isto poderia ser tão evidente como África, Ásia e América Latina, onde proteger a segurança alimentar e erradicar a fome, para as quais a água é essencial, representa um imperativo urgente”, escreveram no comunicado final.

“Sem água, seríamos um planeta estéril sem vida. Uma verdade

básica sobre a água e a sua ligação a toda a vida é que a sua administração imprudente se torna cada vez mais um obstáculo para enfrentar as alterações climáticas. E enfrentar as alterações climáticas é um pré-requisito para a paz”, declarou Sindra Sharma-Khushal, membro da presidência da Convenção-Quadro das Nações

Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) para a COP23 (23ª sessão da Conferência das Partes sobre mudanças climáticas).

Os membros lembraram a importância da água para alcançar as metas do desenvolvimento sustentável. “A água é um facilitador e um conector, um fio condutor comum essencial que liga os diversos aspectos abordados pelas Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS). Acredito firmemente que, longe de ser um problema, a água é uma solução, um factor determinante para tornar o mundo um lugar melhor”, explica o vice-presidente do Conselho Mundial da Água, Dogan Altinbilek. As conversações geraram um debate permanente sobre os desafios globais levantados pela segurança hídrica e ficou claro que a água será um dos principais temas da COP23, que decorrerá em Novembro de 2017 em Bona, Alemanha.

A conferência foi realizada pelo Conselho Mundial da Água, em cooperação com a Presidência da COP22, assim como outros parceiros internacionais. O encontro desenrolou-se no seguimento da Primeira Conferência Internacional sobre Água e Clima realizada em Rabat, em Julho de 2016. Foi apoiado pela Presidência da COP23, reuniu mais de 150 especialistas internacionais e líderes políticos na vanguarda do debate sobre clima e água, assim como diversos ministros do ambiente, entre os quais Charafat Afailal, secretária de estado da água e ambiente de Marrocos, Istiaque Ahmad, secretário do ministério do Ambiente e Florestas do Bangladesh e Sindra Sharma-Khushal, do grupo da presidência de Fiji do UNFCCC da COP23 e presidido pelo presidente honorário do conselho mundial da água, Loïc Fauchon e o vice-presidente, Dogan Altinbilek.

A missão é mapear o caminho a seguir e fomentar a consciência mundial sobre assuntos críticos relacionados com os recursos hídricos como preparação da COP23 que se realizará em Bona.

CONGO

Governo quer renegociar dívida

A República do Congo pretende renegociar com os credores os termos da sua dívida, estimada em 110% do PIB pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), equivalente a cerca de 9,14 mil milhões de dólares.

“O contexto actual exige que sejam adoptadas medidas imediatas para melhorar a situação da dívida”, indicou o governo congolês num comunicado emitido após o fim da missão do FMI, que decorreu entre 26 de Setembro e 4 de Outubro.

“A República do Congo pretende acelerar as negociações para obter um programa apoiado pelo FMI, embora preservando as conquistas sociais”, acrescenta o governo, numa altura em que um programa semelhante foi já concluído com outros países da África Central afectados pela queda dos preços do petróleo.

O FMI confirmou, no início de Agosto, que o Congo tinha escondido uma parte da sua dívida, que Brazzaville avaliou em Março em 77% do seu PIB. “A actividade económica continua a contrair-se, enquanto os depósitos do governo diminuem”, indicou a missão do FMI, referindo “um eventual programa apoiado pelo FMI para restaurar a estabilidade macroeconómica e promover um crescimento sustentado e inclusivo”.



O GRUPO de telecomunicações China Unicom aguarda autorização para construir em Fortaleza, no Brasil, a estação de recepção do cabo submarino “SouthAtlanticInterLink” (SAIL).



BANCO MUNDIAL concedeu uma doação de 150 milhões de dólares a Moçambique para apoiar a estatal Electricidade de Moçambique (EdM) a melhorar a capacidade e a eficiência operacional da rede eléctrica, informou a instituição financeira multilateral em comunicado.



Além da zona exclusiva, São Tomé e Príncipe dispõe ainda de uma outra partilha conjunta com a Nigéria.



EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO

São Tomé e Príncipe abre concurso público

O governo de São Tomé e Príncipe abriu um concurso público para a prospecção petrolífera dos blocos 10 e 13 da Zona Económica Exclusiva. Segundo um comunicado oficial, a decisão derivou do interesse manifestado pelo consórcio constituído pela empresa norte-americana KosmosEnergy e pelo grupo britânico BP em efectuar prospecções naqueles dois blocos.

A Agência Nacional do Petróleo, lê-se no comunicado, na sequência do pedido apresentado pelo consórcio British Petroleum e KosmosEnergy, convida empresas ou consórcios elegíveis

para manifestarem os seus interesses nas áreas correspondentes aos blocos 10 e 13 da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe, nos termos da lei-quadro das operações petrolíferas.

Este interesse conjunto surge quatro semanas depois de petrolífera KosmosEnergy ter anunciado a conclusão de pesquisa sísmica em quatro blocos petrolíferos, 5, 6, 11 e 12 da Zona Económica Exclusiva santomense, no âmbito de um acordo de partilha de produção.

Além da zona exclusiva, São Tomé e Príncipe dispõe ainda de uma outra partilha conjunta com a Nigéria, na base de um tratado assinado em 2001 que estabelece 60% das receitas para o Estado nigeriano e os restantes 40% para o arquipélago são-tomense.

JAPÃO

Colisão provoca 13 mortes

A Guarda Costeira japonesa anunciou, na passada sexta-feira, que 13 pessoas morreram na colisão entre um navio de pesca chinês e um petroleiro de Hong Kong em frente à costa do Japão.

Os “nossos mergulhadores encontraram 12 corpos de pessoas declaradas desaparecidas dentro do navio”, disse à AFP um funcionário da Guarda Costeira.

Mais tarde, as autoridades indicaram que uma das quatro pessoas resgatadas havia morrido, elevando o saldo final a 13 vítimas, confirmando os números fornecidos pelo consulado chinês em Osaka, a oeste do Japão, citado pela rede pública CCTV.

A colisão ocorreu na quinta-feira, 400 quilómetros a Norte das Ilhas Oki, no Mar do Japão, também chamado de Mar do Oriente, entre o navio chinês “Lurong Yuanyu 378”, de 290 toneladas, e um petroleiro identificado como “Brightoil Lucky” (63.294 toneladas). Os 21 membros da tripulação deste último não se feriram, de acordo com a Guarda Costeira japonesa.



José Gonçalves, ministro da Economia e Emprego de Cabo Verde

INTEGRAÇÃO NA SUB-REGIÃO AFRICANA

‘Roaming’ gratuito nos países da CEDEAO

Os ministros que tutelam as Telecomunicações na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) aprovaram, na cidade da Praia, a introdução do ‘roaming’ gratuito na sub-região, esperando facilitar a mobilidade e aumentar as trocas comerciais.

A medida, segundo a Lusa, foi aprovada por ocasião da 15.ª reunião dos ministros que tutelam as áreas das tecnologias de informação e comunicação na CEDEAO, que aconteceu na capital cabo-verdiana. O ministro da Economia e Emprego de Cabo Verde, José Gonçalves, afirmou que a aplicação do

sistema de ‘roaming’ gratuito na sub-região africana será uma “grande conquista” e terá “enormes valias” para a integração e inclusão regionais através das comunicações.

Além do ‘roaming’ gratuito na África Ocidental, os ministros que tutelam as áreas das tecnologias de informação e comunicação analisaram e aprovaram, entre outros, questões relativas ao acesso à internet, cibersegurança e cibercriminalidade e controlo de fronteiras digitais.

A CEDEAO é formada por 15 países, entre eles Cabo Verde e Guiné-Bissau, e 300 milhões de consumidores. Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo são os outros países que integram a comunidade.

BRAÇO-DE-FERRO ENTRE CATALUNHA E MADRID

CaixaBank transfere-se de Barcelona para Valência

O CaixaBank vai transferir a sede social de Barcelona para Valência. O terceiro maior banco espanhol, dono do português BPI, reuniu um Conselho de Administração extraordinário

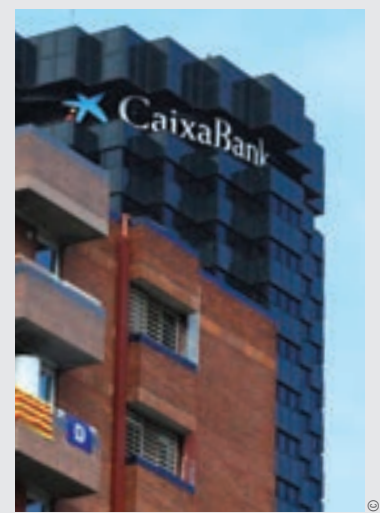
para retirar-se da Catalunha, aproveitando o decreto do governo espanhol que permite a deslocalização de instituições financeiras sem a aprovação dos accionistas.

O banco catalão Sabadell também tinha já anunciado a mudança para Alicante. Os especialistas não se cansam de alertar para os riscos inerentes. “A queda das obrigações

espanholas, a subida das taxas de juro, o aumento dos prémios de risco e o possível bloqueio dos investimentos estrangeiros na Catalunha e em Espanha são os grandes perigos que esta situação económica e política comporta”, salienta Rafael Sambola, professor de Economia.

“Ninguém sabe o que vai acontecer com o futuro da

Catalunha, nem dentro, nem fora de Espanha. Ninguém sabe o que os políticos vão decidir. Isso faz com que os empresários estejam a tentar proteger os interesses das suas companhias e procurar a segurança perante uma situação de incerteza. Temos de jogar pelo seguro”, afirmou o entrevistado Víctor Serrano.



Ambiente



As comunas do Zenza do Itombe, Massangano e Dange-ya-Menha são as mais afectadas.

DADOS SÍSMICOS Angola já partilha rede mundial

Angola partilha, desde a semana passada, as informações e dados sobre eventos sísmicos produzido no país na rede mundial de informações sísmicas, a partir da sua estação de Kapanda, Malanje.

Segundo o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), Domingos José do Nascimento, depois da monitoria feita em Setembro, as quatro estações sísmicas existentes, três das quais sob gestão directa do INAMET, iniciou-se o envio dos dados à 'International Association of Seismology and Physics of the Earth's Interior (IASPEI)'.

O processo começou com o registo no referido organismo e a instalação, na sede do Instituto em Luanda, de um programa que permite a distribuição da informação, sendo os dados transmitidos para um concentrador em Luanda que, ao receber as mensagens, partilha automaticamente com a rede mundial controlada pela IASPEI, onde está registada.

Com a instalação deste 'software', que permite acompanhar a actividade sísmica mundial de forma regular, o responsável garante que Angola terá vantagens de ver os seus técnicos formados pelas instituições membros da rede, receber assistência técnica, entre outros benefícios.

Nesta primeira fase, o projecto formou os técnicos em Luanda, seguindo-se, ainda para este ano, a superação de quatro outros em Portugal.

AUTORIDADES FALAM EM EXIGUIDADE DE PESSOAL PARA A FISCALIZAÇÃO

Caça furtiva e abate de árvores com níveis preocupantes

SECTOR FLORESTAL. Maior parte dos caçadores é ilegal e está quase sempre munida de armas. Até animais em reprodução não são poupados. Caça clandestina está a contribuir ainda mais para a extinção de muitas espécies.

A caça furtiva e o abate indiscriminado de árvores são apontados como práticas ilegais que estão a contribuir para o desaparecimento de algumas espécies de animais selvagens e vegetais no município de Cambambe, Kwanza-Norte.

Segundo Maria de Fátima Pipa, do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), naquela região, nos últimos cinco anos, os

caçadores furtivos intensificaram as caças, ignorando as regras de exploração da fauna.

Em declarações à Angop, a responsável apontou a pacaça, o veado, o nuncce e javali como as espécies mais afectadas, muito difíceis de serem localizadas actualmente em Cambambe, uma situação que considera de "difícil contenção", devido à exiguidade de fiscais.

Esclareceu que os caçadores, na sua maioria ilegais, munidos de armas de caça, disparam contra animais de todas as idades, até

mesmo aqueles que se encontram em período de reprodução, o que reforça ainda mais o processo de extinção e de deslocamento de alguns animais, até então existentes em grandes quantidades no município, para outras regiões.

Maria de Fátima Pipa aponta, por outro lado, a desflorestação da região, por lenhadores, carneiros e camponeses, como outra das causas que afectam a sobrevivência dos animais.

As comunas de Zenza do Itombe, Massangano e Dange-ya-Menha são as mais afectadas.

Fez saber que o município possui apenas dois fiscais, desprovidos de equipamentos para o desempenho cabal das suas funções, o que os deixa de mãos atadas, ante a exploração desenfreada da fauna e da flora a nível da localidade.

Para tal, a responsável advoga a necessidade de recrutamento de 30 novos efectivos para o reforço da fiscalização das actividades florestais.

30

Novos efectivos são necessários para o reforço das actividades florestais na região.

2

Número de fiscais que controlam a reserva florestal no Kwanza-Norte.

MEMORIZE

● A pacaça, o veado, o nuncce e javali são as espécies mais afectadas pelos caçadores furtivos. Trata-se de animais difíceis de serem localizados actualmente em Cambambe.

Educação & Tecnologia

ONDAS GRAVITACIONAIS FORAM OBSERVADAS PELA PRIMEIRA VEZ EM SETEMBRO DE 2015

Três cientistas recebem prémio Nobel da Física

DISTINÇÃO. Comité sueco premiou cientistas que observaram o fenómeno antecipado por Einstein há 100 anos, tempo necessário para conseguir tecnologia capaz de medir as ondas gravitacionais.

Einstein estava certo de que as ondas gravitacionais existiam, mas nem o próprio acreditava que fosse possível registá-las. “Este é um testemunho de tecnologia moderna e ciência. Acho que isto não poderia ter sido feito há 50, 20 ou 30 anos”, disse Barry C. Barish, de 81 anos, um dos galardoados com o prémio Nobel da Física.



Cientistas garantem que a interpretação das ondas abre portas a inúmeras descobertas.

A par do americano, o Comité Nobel sueco distinguiu o alemão Rainer Weiss, de 85 anos, e o americano Kip S. Thorne, de 77, pelo estudo e “observação das ondas gravitacionais”.

“As grandes descobertas são realmente o resultado de colaborações gigantes”, destacou Kip S. Thorne,

que assumiu já estar à espera de que a descoberta ganhasse um Nobel, mas destacou a importância de, no futuro, o comité arranjar uma maneira de premiar essas grandes colaborações e não apenas as pessoas que estiveram na origem dos projectos.

Cem anos depois da descrição das ondas gravitacionais por Albert

Einstein, estas foram registadas em 2015 pelo Observatório de Ondas Gravitacionais de Laser Interferómetro (LIGO), do qual fazem parte mais de mil investigadores de mais de 20 países, entre os quais os premiados e Ron Drever, um cientista sueco que faleceu em 2016.

A 14 de Setembro de 2015, as

ondas gravitacionais foram observadas pela primeira vez, resultado de uma colisão de dois buracos negros a mil milhões de anos-luz - a primeira evidência directa da sua existência. Mas só no ano seguinte, em Fevereiro, foi anunciada a descoberta. “Está-se perante algo totalmente novo e diferente, que abre mundos até agora insuspeitos”, destacou o Comité Nobel.

No texto em que justifica a atribuição do prémio, o comité sublinha que “um sem-fim de descobertas estão agora ao nosso alcance” após terem sido, finalmente, “capturadas as ondas e entendidas as suas mensagens”.

Foi preciso um século para conseguir tecnologia capaz de medir estas ondas gravitacionais. Como descreve o comité, o sinal que chegou à Terra era fraco, mas prometia uma “revolução na astrofísica”. “As ondas gravitacionais são uma maneira totalmente nova de observar os eventos mais violentos no espaço e de testar os limites do nosso conhecimento.” Espalham-se “à velocidade da luz, enchendo o universo, tal como Albert Einstein descreveu na sua teoria geral da relatividade”, mas o próprio “estava convencido de que nunca seria possível medi-las”. A sua interpretação, dizem os responsáveis pela atribuição do Nobel, abre portas a inúmeras descobertas.

Depois de três detecções pelo LIGO, as ondas gravitacionais foram registadas pela quarta vez, na semana passada, pelo Observatório Europeu de Gravidade (EGO), em Cascina, Itália.

NOVA ‘DESCOBERTA’ DA LG

Smartphone repele mosquitos

A LG encontrou uma nova utilidade inusitada para os seus aparelhos. Na Índia, a companhia apresentou, recentemente, o K7i, que, segundo a fabricante, é capaz de afastar os mosquitos. A função, baptizada

como ‘Mosquito Away’, é instalada na parte traseira do aparelho e emite ondas ultrassónicas inaudíveis por humanos, mas que, em teoria, espanta os mosquitos.

Segundo a fabricante, as ondas têm frequência acima de 30 kHz, e repelem 72,1 por cento do vector da malária *Anopheles gambiae*.

No mercado indiano, a fabricante sul-coreana já lançou aparelhos de

ar condicionado e televisores com a função, mas é a primeira vez que ele foi embutido num smartphone.

A possibilidade de espantar os mosquitos pode chamar atenção, mas esse é o único atractivo do K7i.

Com tela de cinco polegadas, com resolução de 1280x720, o aparelho tem configurações apenas medianas. O processador de quatro núcleos roda a 1.4 GHz, com 2GB de

memória RAM. A câmara principal de oito megapixéis, e a frontal, cinco megapixéis. São 16 GB de espaço de armazenamento, expansíveis com cartão de memória.

O smartphone roda o Android 6.0 Marshmallow, lançado há dois anos, e não existem planos para actualização para versões mais recentes. O aparelho custa 7.900 rupias, cerca de 125 dólares.



Marcas & Estilos

Aligador clássico

É uma exclusividade das terras do príncipe Charles. O formato do frasco na parte superior foi inteiramente polido em estanho sem chumbo, envolto num luxuoso material em tom acastanhado do seu conhaque e semelhante à pele de um aligador. Este frasco de jacaré é um presente de qualidade que permite guardar discretamente no bolso do casaco.



Inspiração angolana

Não se trata de ilusão óptica. A Nike parece ter-se inspirado nas cores da bandeira angolana para criar esta sapatilha Air Foamposite One, de aparência luxuosa com gráfico ornamental em estilo barroco.



Calores inverniais

Com o frio do Ártico a 'arrasar' as noites gélidas do cacimbo, torna-se imperiosa a necessidade de repensar no que se tem no guarda-roupa. Com esta peça, o seu corpo passa a ter um regulador de temperatura confortável e inigualável.



Outras dimensões

O elemento essencial que proporciona a graça e o encanto aos colares Nomie são os 18 quilates de ouro branco e rodeado de diamantes. O mais importante é que inclui uma jóia em cinza de grafite vegetal, que só deve ser polido com flanelas certificadas.



Prestígio por encomendas

Todos os cintos da De Herman Oaks são feitos de couro e à mão, por artesãos dos grandes estados de Utah e Texas, nos EUA. Saem apenas por encomenda. O metal, couro e madeira são três elementos naturais que têm servido de inspiração para a nova colecção de Charles Krypell.



Sensações hídricas

O Grupo Treesse criou este sistema de hidromassagem 'Fusão 200', projectado de modo criativo e com uma técnica sofisticada de desinfecção e de recirculação de água permanente. Apresenta desenhos em linhas transparentes e um sistema de invisibilidade integrado, uma raridade no mercado internacional. As ondas garantem-lhe a sensação de bem-estar e muito prazer.



TURISMO

Vancouver: um caldeirão olímpico

É um porto movimentado da costa oeste da Columbia Britânica e está entre as mais densas e étnicas cidades do Canadá. Um local de filmagem popular, que está cercada por montanhas e convida a actividades ao ar livre, mas também tem cenas como a arte, teatro e música. Vancouver Art Gallery é conhecida pelas obras de artistas, enquanto o Museu de Antropologia abriga colecções das Primeiras Nações.

Com uma passagem de avião de cerca de 200.000 kwanzas, pode chegar a Vancouver e deliciar-se o poutine e o salmão, um dos pratos típicos da região. Ou degustar iguarias típicas chinesas oferecidas em restaurantes locais. O Fairmont Pacific Rim, numa área histórica, é um hotel com vista panorâmica e que combina o melhor da Costa do Pacífico com a decoração e culinária.



AUTOMÓVEL

Volvo: Condução energética

A Volvo desvendou as novas versões R-Design dos novos S90 e V90. Com um chassi mais desportivo e algumas alterações no design exterior e interior, estas versões garantem uma condução mais energética e linhas mais desportivas.

As versões R-Design incluem um novo spoiler dianteiro com faróis de nevoeiro integrados na carroçaria,

grelha dianteira diferenciada e frisos em preto na frente e na traseira. Estas versões incluem ainda jantes redesenhadas de cinco raios. No interior, há um conjunto de detalhes diferenciadores como as novas guarnições, também incluídas nos pedais e nos tapetes, assentos com contorno desportivo, volante especial e um novo pacote de iluminação.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 27 DE OUTUBRO

Exposição colectiva 'Kaluandando.com' com 21 artistas plásticos, como Álvaro Macieira, Marcela Costa, e Ondjaki, no Centro Cultural Português. Entradas livres.

12 DE OUTUBRO

Espectáculo de percussões corporais: Zou! Cia Sons de Toile, no Centro Cultural Português. Às 18h:30. Entradas livres.

14 DE OUTUBRO

Poesia à volta da fogueira na União dos Escritores Angolanos com poesia, teatro, dança, música, moda, artes plásticas e feira de livros. A partir das 17 horas. Entradas livres.

20 E 21 DE OUTUBRO

3.ª Edição da Conferência Internacional de Liderança 'MOVE Angola', no Memorial António Agostinho Neto. Ingressos entre 22 mil e 50 mil kwanzas. A partir das 8 horas.

26 DE OUTUBRO

3.ª Edição o Festival Caixa Luanda no Cine Atlântico com Ary e Anabela Aya.

“ Os jovens têm de saber respeitar os símbolos que representam uma Nação. Que a intervenção que se faz na economia, por exemplo, fosse a mesma, ou próxima, para com a Cultura. ”

NDAKA YO WIÑI, MÚSICO, COMPOSITOR E PESQUISADOR CULTURAL

“Um povo que não pratica a própria língua é um povo sem alma”

MÚSICA. Acompanhado da sua cabaça, Ndaka yo Wiñi é conhecido pela sua africanidade em palco. O seu repertório baseia-se em pesquisas que servem de matriz para as suas composições. Em entrevista ao VE, defende o reforço da inserção das línguas nacionais no ensino e espera melhores ventos do novo Governo.



PERFIL

Foi pela via artística que Ndaka (nome de família) conseguiu resgatar o nome que perdera por causa de um erro de registo. Dokas, o seu nome verdadeiro, nasceu a 5 de Janeiro de 1981, no Lobito, Benguela. ‘Yo Wiñi’, em umbundo, significa ‘a voz do povo’.

Descendente de guineenses pelo lado paterno, o dono da cabaça misteriosa provém de uma família de músicos e bailarinos, o que o influenciou, desde cedo, a trilhar o mesmo caminho, com traços culturais e tradicionais do sul do país. A sua passagem por Benguela, Huíla e Huambo ajudaram-no ainda mais a aprender e a falar fluentemente o umbundo.

Por Lúcia de Almeida

Em 2014, esteve em estúdio a gravar. Quando pretende lançar o álbum de estreia?

O lançamento do disco está marcado para o próximo ano (2018), e vai sair pela Kissanji Produções.

Os seus pais são mestres de cerimónia de eventos tradicionais. Que influências teve deles?

Deles, para além da educação cultural e tradicional, recebi, e ainda recebo, é claro, canções de roda, estórias da nossa terra, aprendo actividades do campo e pastorícia, simbologias, rituais, danças, provérbios e parábolas, muitas das quais uso com frequência nos meus trabalhos.

O que ‘esconde’ dentro da sua cabaça?
A cabaça é a minha herança. Nela carrego um volume de memórias. Boas memórias, feitas em líquido, mas não se revela o que há dentro dela. É a minha mística.

Defende que “faltam meios para a conservação de valores”. Como inverter o quadro?

O Estado devia prestar mais atenção aos projectos dos fazedores da arte e da cultura. Deve reforçar a inserção das línguas nacionais no ensino. Há a necessidade de se lembrar que um povo que não pratica a sua própria língua é um povo sem alma. É preciso transmitir e ensinar esses valores de forma autêntica no sentido de se preservarem os bens patrimoniais. Os jovens têm de saber respeitar os símbolos que representam uma Nação. Que a intervenção que se faz na economia, por exemplo, fosse a mesma, ou próxima, para com a Cultura, porque, no final de contas, precisamos todos de apreciar uma boa música, pintura, artes plásticas, teatro, escultura, dança, entre outras representações artísticas.

Como procura preservar a cultura angolana nas suas músicas?

De várias formas. E se me vir em

palco facilmente vai notar isso. Canto somente em línguas nacionais. Faço fusões de outras componentes musicais com a matriz do canto bantu. Exalto constantemente a espiritualidade. Isso só para citar alguns

exemplos. Investigo, crio e procuro ser original.

Como vê a música angolana?

A música, em Angola, está a crescer muito e a desenvolver-se pouco.

Uma coisa é ter a fama como objectivo por intermédio da música, outra é trabalhar para contribuir para o desenvolvimento da arte e da cultura angolana.

Como assim?

Há mais atenção às ‘celebridades’ do que ao ser artista, de facto. Uma coisa é ter a fama como objectivo por intermédio da música, outra é trabalhar para contribuir para o desenvolvimento da arte e da cultura angolana.

Trocou a formação em Engenharia pela música. Foi a melhor opção?

Foi, sim. Porque aprendi a seguir o caminho do meu coração. Aí está o que sinto, o que sempre senti.

Há quem diga que comunica com os ancestrais quando está em palco. É verdade?

Sim, é verdade.

Pode explicar como faz isso?

É muito simples. Para comunicar com eles [os ancestrais], basta interiorizar.

O que espera do novo Governo?

Espero uma gestão melhor do que a anterior e que nos venham fazer sorrir sem motivos.

NÚMEROS DA SEMANA

259,9

Hectares é a extensão de terra que o processo de correcção de solos abrangeu nos municípios do Cachiungo e Mungo, no Huambo, segundo as autoridades locais.

25

Anos é o tempo concedido pelo Estado angolano para que a empresa Soporos SA possa assumir a concessão do terminal de minérios do Porto do Lobito, em Benguela.

11,4

Milhões de kwanzas é o valor arrecadado, no período entre Janeiro e Setembro deste ano, pela AGT, em Benguela, informou o chefe adjunto da repartição fiscal local, Serafim Cipriano.

90

Mil hectares é a extensão de terras aráveis preparadas no município da Ganda, Benguela, para o relançamento da produção de milho, feijão, amendoim, mandioca, e outros tubérculos, para a presente campanha agrícola.

SEGUNDO RELATÓRIO DO BNA

Dívida pública angolana quadruplica

A dívida pública colocada por Angola praticamente quadruplicou na semana entre 25 e 29 de Setembro, subindo para 87,9 mil milhões de kwanzas, continuando os juros a pagar inalterados nos 23,9% a um ano.

Segundo o relatório sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do Banco Nacional de Angola (BNA), na semana em referência o banco central colocou no mercado

primário 70,6 mil milhões de kwanzas em Bilhetes do Tesouro (BT) e 14,1 mil milhões de kwanzas em Obrigações do Tesouro (OT) indexadas à taxa de câmbio.

As taxas de juro médias a pagar pela emissão de BT pelo BNA, em representação do Estado, oscilaram entre os 16,15% na maturidade a 91 dias e os 23,90% no prazo de 364 dias, praticamente inalteradas desde Março, enquanto as

OT indexadas à taxa de câmbio vão pagar taxas de juro nominais entre os 7,0%, pela maturidade de três anos, e os 7,75%, para a maturidade de cinco anos.

Esta foi a 32.ª emissão semanal de dívida pública de 2017 e no segmento de venda directa de Títulos do Tesouro ao público em geral foram ainda colocados 3,3 mil milhões de kwanzas. Desde o início da emissão de dívida este ano, que só arrancou na segunda quinzena de Fevereiro, Angola já colocou 1,514 biliões de kwanzas em bilhetes e obrigações do Tesouro.

As receitas provenientes do endividamento público deverão atingir um peso de 43,6% do valor global inscrito no Orçamento, chegando a 3,224 biliões de kwanzas. Além de contrair nova despesa pública, no mercado interno e externo, o OGE de 2017 prevê 2,338 biliões de kwanzas para o serviço da dívida este ano.



TRIBUTAÇÃO

Selos de alta segurança para tabaco

Medicamentos, bebidas alcóolicas e tabaco à venda em Angola vão passar a ter de ostentar um selo fiscal de alta segurança para travar o contrabando, face às consequências para a saúde e na arrecadação de receitas fiscais, estabelece um decreto presidencial de 25 de Setembro, citado pela Lusa.

O documento, que prevê um prazo de 180 dias para a sua entrada em vigor, recorda que o “contrabando e contrafacção de medicamentos, bebidas e líquidos alcóolicos, assim como o tabaco e seus sucedâneos manufacturados se tornaram num pro-

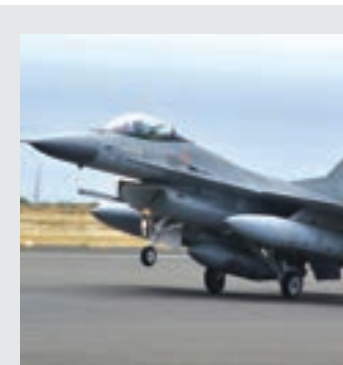
blema à escala mundial, afectando igualmente Angola”, para justificar a medida, a aplicar pelo Ministério das Finanças, através da Administração Geral Tributária (AGT).

A aplicação da medida tem ainda em conta que “tais práticas ilegais podem privar o Estado de uma importante fonte de receitas e constituir uma ameaça para a saúde pública e bem-estar dos cidadãos”. Para o efeito será contratada uma empresa, por um prazo de cinco anos, para assegurar, em conjunto com a Imprensa Nacional e em regime de concessão, a emissão destes selos, conforme prevê

a nova legislação.

Estes selos fiscais de alta segurança terão de ser 100% holográficos e “devem ser suportados pelos fabricantes, produtores, importadores e distribuidores” dos produtos a vender em Angola.

A regulamentação define ainda que os selos devem “assegurar alto nível de desempenho de segurança, impossibilitando a respectiva falsificação”, além de “incorporar elementos de segurança patente e encobertos para os proteger face à contrafacção”, permitindo um controlo visual e por varrimento electrónico.



REPARAÇÕES

9 milhões USD para FAN

O Governo angolano aprovou uma verba de mais de 9,2 milhões de dólares para garantir a manutenção e reparação técnicas das aeronaves da Força Área Nacional (FAN), noticia a Lusa.

De acordo com uma autorização governamental de final de Setembro, o contrato envolve a empresa pública angolana Simportex - Comercialização de Equipamentos e Meios Materiais, Import & Export e a Moscovia Limitada, prevendo o fornecimento de motores, peças sobresselentes e outros componentes.

O contrato envolve ainda a prestação de serviços especializados de manutenção, reparação técnica e operações de voo das aeronaves da FAN, nomeadamente da frota de Antonov que tem ao dispor.

A frota da FAN conta com mais de meia centena de aviões de combate, com origem na antiga União Soviética, bombardeiros, aviões de treino e de patrulhamento marítimo, além de cerca de três dezenas de aeronaves de transporte e uma centena de helicópteros.

O VALOR ESTA SEMANA

ESTADO DA NAÇÃO

PR no Parlamento

O discurso sobre o Estado da Nação a ser proferido a 16 de Outubro, pelo Presidente da República, na abertura do primeiro ano parlamentar da quarta Legislatura, deverá fechar o ‘ciclo de dissertações formais’, na sequência da recém-eleição, e ‘empurrar’ João Lourenço para ‘mãos à obra’, concluíram analistas contactos pelo VALOR. **Pág. 8**

COM IMCUMPRIMENTO DE 30%

FACTA fecha primeira fase

A Administração Geral Tributária (AGT) e as instituições financeiras nacionais concluíram o programa de repórter de ‘cadastro’ financeiro das empresas e dos cidadãos dos Estados Unidos da América com rendimentos ou contas bancárias em Angola. Programa previa recolha de dados a 53 entidades financeiras, mas apenas 38 dos quais fizeram chegar as informações solicitadas. **Pág. 15**



CAMPANHA ELEITORAL

Partidos camuflam gastos

As formações políticas que participaram nas eleições gerais de Agosto passado, com excepção da UNITA, não revelam os montantes financeiros paralelos arrecadados e gastos durante a campanha eleitoral, com excepção da UNITA que declara ter arrecadado 11 milhões de kwanzas de “militantes, simpatizantes e amigos” do partido. **Pág. 11**